



BMEP

Boletim Mensal de Economia Portuguesa

N.º 02|fevereiro 2012



Gabinete de Estratégia e Estudos
Ministério da Economia e do Emprego

GPEARI

**Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação
e Relações Internacionais**

Ministério das Finanças

Ficha Técnica

Título: Boletim Mensal de Economia Portuguesa

Data: Fevereiro de 2012

Elaborado com informação disponível até ao dia 23 de fevereiro.

Editores

Gabinete de Estratégia e Estudos

Ministério da Economia e do Emprego

Avenida da República, 79, 1.º

1050-243 Lisboa

Telefone: +351 21 7998158

Fax: +351 21 7998154

URL: <http://www.gee.min-economia.pt>

E-Mail: gee@gee.min-economia.pt

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais

Ministério das Finanças

Av. Infante D. Henrique n.º. 1 – 1.º

1100 – 278 Lisboa

Telefone: +351 21 8823396

Fax: +351 21 8823399

URL: <http://www.gpeari.min-financas.pt>

E-Mail: bmep@gpeari.min-financas.pt

ISSN: 1646-9062

(Texto escrito ao abrigo do novo acordo ortográfico)

Índice

<hr/>	
Conjuntura	5
Sumário	7
1. Enquadramento Internacional	11
2. Conjuntura Nacional	15
3. Comércio Internacional	26
<hr/>	
Iniciativas e Medidas Legislativas	33
<hr/>	
Abreviaturas Utilizadas	41

Conjuntura

Sumário

Enquadramento Internacional

- * No quarto trimestre de 2011, a produção industrial mundial desacelerou para 4,1% em termos homólogos (5,5% no 3.º trimestre), tendência que abrangeu tanto as economias avançadas como as economias emergentes, embora tenha sido mais significativa para o último caso devido sobretudo ao abrandamento dos países asiáticos. Igualmente, o comércio mundial de mercadorias também apresentou um crescimento menos forte, causado sobretudo pelo abrandamento das exportações asiáticas. Já em relação às importações de bens, a maior desaceleração foi registada nas economias avançadas, com destaque para a diminuição na área do euro.
- * Os índices bolsistas internacionais evoluíram favoravelmente nos dois primeiros meses de 2012, traduzindo, em parte, a divulgação de indicadores económicos mais positivos do que os esperados para os EUA e refletindo as expectativas quanto à resolução da crise da dívida soberana na área do euro. Os índices bolsistas do sector bancário foram particularmente beneficiados pela adoção, em 9 de fevereiro, de medidas temporárias por parte do BCE que facilitaram a cedência de liquidez a alguns bancos nacionais. Também, o Acordo alcançado no seio da União Europeia a 21 de fevereiro, sobre a renegociação da dívida da Grécia e a atribuição de um novo montante financeiro destinado a este país, levou a uma apreciação do euro face ao dólar, situando-se em 1,32 no dia 22 de fevereiro (1,29 no final de 2011).
- * Nos EUA, o PIB registou um crescimento de 1,6% em termos homólogos reais no 4.º trimestre de 2011 (1,5% no 3.º trimestre) em resultado sobretudo do fortalecimento do investimento privado no segmento residencial. Em janeiro de 2012, os indicadores quantitativos indicam uma atividade económica menos robusta (produção industrial e vendas a retalho); enquanto os indicadores de confiança demonstraram uma evolução favorável. Nesse mês, a taxa de desemprego desceu para 8,3% e a taxa de inflação homóloga diminuiu para 2,9%.
- * No 4.º trimestre de 2011, tanto o PIB da UE como da AE diminuiu 0,3% em cadeia (redução que não se verificava desde o 2.º trimestre de 2009), tendo desacelerado para 0,9% e 0,7% em termos homólogos reais (1,4% e 1,3%, respetivamente, no 3.º trimestre). Os indicadores quantitativos para a área do euro indicam uma ligeira redução da produção industrial; um crescimento menos forte das exportações e o prosseguimento da diminuição das vendas a retalho, indiciando um fraco desempenho do consumo privado. Porém, em janeiro de 2012, o indicador de sentimento económico subiu tanto na UE como na AE, em resultado sobretudo do aumento do indicador de confiança dos empresários dos serviços. Neste mês, também se assistiu a uma melhoria das encomendas externas; a um aumento das expectativas de exportações em volume para o 1.º trimestre de 2012 e a uma evolução menos negativa quanto à criação de emprego para a indústria transformadora. Em dezembro de 2011, a taxa de desemprego manteve-se em 10,4% e em 9,9%, respetivamente, para a AE e para a UE. Em janeiro de 2012, a taxa de inflação homóloga da AE, em termos preliminares, manteve-se em 2,7%.
- * Em fevereiro de 2012 e, até ao dia 22, as taxas de juro de curto prazo diminuíram tanto na área do euro como nos EUA, mas a descida foi mais pronunciada para o primeiro caso. Com efeito, a taxa Euribor a 3 meses situou-se em 1,06% (1,22%, em janeiro) e a dos EUA em 0,51% (0,57%, em janeiro).
- * O preço *spot* do petróleo *Brent* subiu em fevereiro, tendo a média do preço do *Brent*, até ao dia 22 deste mês, registado o valor de 117 USD/bbl (89€/bbl), tendo este movimento ascendente estado relacionado, em parte, com os receios de perturbações do lado da oferta provocadas pelas tensões geopolíticas em torno do Irão.

Conjuntura Nacional

- * De acordo com a estimativa rápida do INE o PIB contraiu 2,7% em termos reais no 4.º trimestre, motivando uma quebra anual de 1,5%.
- * A quebra no indicador da atividade económica do INE acentuou-se em dezembro, com o indicador do consumo privado e o indicador da FBCF a apresentarem quebras significativas.
- * O indicador de clima económico do INE manteve a tendência descendente em janeiro com novo agravamento.
- * No que se refere aos fluxos de comércio internacional, em dezembro registou-se uma desaceleração das exportações portuguesas e uma forte redução das importações. Esta evolução levou a que no 4.º trimestre as exportações registassem um crescimento de 12,4% e as importações um decréscimo de 10,5%, verificando-se uma melhoria do saldo da balança comercial.
- * A taxa de desemprego subiu 1,6 p.p. no 4.º trimestre atingindo os 14%. Esta evolução levou a que taxa média anual fosse de 12,7%, um aumento de 1,9 p.p. face a 2010.
- * Em janeiro verificou-se pelo 3.º mês consecutivo uma desaceleração no crescimento dos preços, com uma taxa de variação homóloga do Índice de Preços no Consumidor (IPC) de 3,5%, 0,1 p.p. inferior à do mês anterior. A variação média dos últimos 12 meses baixou 0,1 p.p. para os 3,6%.
- * No primeiro mês de 2012, o défice global provisório da Administração Central e Segurança Social incluindo as empresas públicas reclassificadas (EPR), na ótica da contabilidade pública, foi de 327,4 milhões de euros. Excluindo as EPR, o saldo foi de 190,1 milhões de euros, representando uma melhoria de cerca de 116,9 milhões de euros face a idêntico período de 2011. Este resultado reflete, no essencial, o comportamento do défice global do Estado, o qual se reduziu em 306,3 milhões de euros face ao período homólogo, situando-se nos 311,6 milhões de euros. Os Serviços e Fundos Autónomos (SFA), excluindo as EPR, registaram um excedente de 397,1 milhões de euros, menos 108,0 milhões de euros que face ao mesmo período do ano anterior. O excedente de execução orçamental da Segurança Social, na ótica da contabilidade pública, foi de 228,9 milhões de euros, menos 81,3 milhões de euros do que o registado em Janeiro de 2011.
- * A execução financeira consolidada provisória do Serviço Nacional de Saúde (SNS), em janeiro, resultou num excedente de 40,6 milhões de euros, que compara com 37,8 milhões de euros no ano precedente.
- * Em 2011, a Administração Local, considerando o universo comparável, registou um saldo provisório da execução orçamental de 196,1 milhões de euros, o que corresponde a uma melhoria 136,4 milhões de euros relativamente ao ano anterior. A Administração Regional apresentou um défice orçamental de 19,1 milhões de euros, o que representa uma melhoria de 112,3 milhões de euros face a 2010, em resultado da melhoria verificada nos saldos de ambas as regiões autónomas.

Comércio Internacional

- * De acordo com os **resultados preliminares das estatísticas do comércio internacional** recentemente divulgados¹, as exportações de mercadorias em 2011 registaram um crescimento homólogo de 15,2% enquanto as importações de mercadorias cresceram apenas 1%. Em consequência, registou-se a recuperação do défice da balança comercial (fob-cif) em 24,8%, equivalente a 5.042 milhões de euros, assim como o acréscimo de 9,1 p.p. na taxa de cobertura das importações pelas exportações, que atingiu os 73,5%.

¹ Os dados recentemente divulgados referentes ao mês de dezembro de 2011 correspondem a uma primeira versão preliminar.

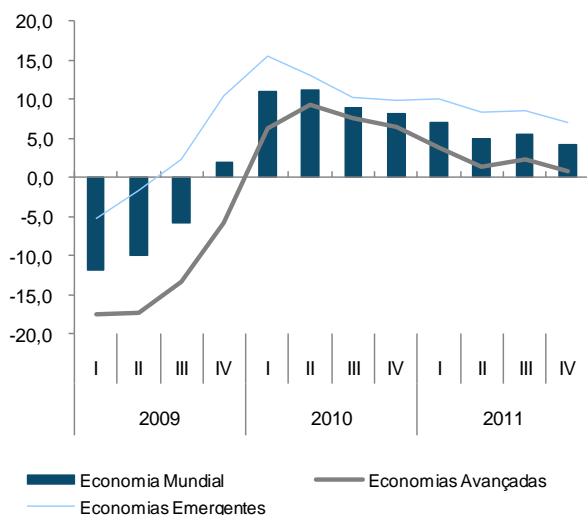
- * O crescimento homólogo das exportações de mercadorias, *excluindo os produtos energéticos*, esteve próximo do crescimento total das exportações em 2011, registando um diferencial de apenas -0,6 p.p. (14,6%). Em sentido oposto, as importações decresceram 2,9%, o que levou a uma melhoria do saldo negativo da respetiva balança comercial de 44,3%.
- * Na sequência do que se verificou nos últimos meses de 2011, todos os grupos de produtos contribuíram positivamente para o crescimento homólogo das exportações de mercadorias no ano passado. Destaca-se o contributo dos grupos “Material de Transporte” (+2,9 p.p.), “Químicos” e “Minérios e Metais” (ambos com contributos de 2,5 p.p.).
- * Em 2011, as **exportações para o mercado comunitário** cresceram, em termos homólogos, 13,8% e contribuíram em 10,4 p.p. para o crescimento das exportações totais de mercadorias. As exportações para os países da UE – 15 registaram uma variação homóloga positiva de 13,7% e as exportações para os países do Alargamento 15,5%, sendo os respetivos contributos para o crescimento do total das exportações de 9,9 p.p. e 0,5 p.p.. Espanha manteve a sua posição como principal mercado de destino das exportações de mercadorias, representando 24,8% do total das exportações de mercadorias. As exportações para a Alemanha (+2,6 p.p.) e para a Espanha (+2,1 p.p.) foram as que mais contribuíram para o crescimento das exportações do ano. As exportações de mercadorias para a França cresceram, em termos homólogos, 17,2%, e as exportações para o Reino Unido 6,6%.
- * As **exportações para os Países Terceiros** registaram uma taxa de variação homóloga anual positiva superior à das exportações para a UE (19,6%). Destaca-se o comportamento positivo das exportações para a China (+67,9%), Argélia (+66,8%) e Brasil (+33%).
- * No ano de 2011, as exportações de produtos industriais transformados registaram uma variação homóloga positiva de 15,7%. As exportações de produtos de média intensidade tecnológica continuam a ser as que mais contribuem para o crescimento das exportações deste tipo de produtos (11 p.p.).
- * De acordo com os dados da Balança de Pagamentos divulgados para o mês de **novembro**, as **Exportações de Bens e Serviços** registaram um crescimento homólogo positivo de 13,8% nos onze primeiros meses de 2011. O crescimento da componente de Bens manteve uma taxa superior ao dos Serviços (15,9% e 9,4%, respetivamente). A componente de Bens continua a ser a que mais contribui para o crescimento do total das Exportações (+10,8 p.p.). As Importações de Bens e Serviços registam uma taxa de variação homóloga positiva inferior (3,2%), sendo a componente de Bens (+2,3 p.p.) a que mais contribuiu para este comportamento.

1. Enquadramento Internacional

Atividade Económica Mundial

A produção industrial mundial desacelerou no 4.º trimestre de 2011 para 4,1% em termos homólogos (5,5% no 3.º trimestre), tendência que abrangeu tanto as economias avançadas como as economias emergentes, embora tenha sido mais significativa para o último caso devido sobretudo ao abrandamento das economias asiáticas.

Figura 1.1. Produção Industrial
(VH, em %)



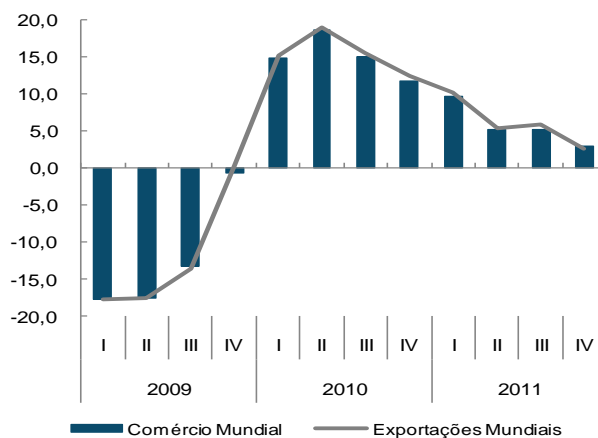
Fonte: CPB.

Igualmente, o comércio mundial de mercadorias também apresentou um crescimento menos forte, causado tanto pela desaceleração das exportações como das importações mundiais.

De facto, no 4.º trimestre de 2011 e, em termos homólogos reais:

- o comércio mundial desacelerou para 2,9% (5,1% no 3.º trimestre);
- as exportações e importações mundiais desaceleraram para 2,6% e 3,1%, respetivamente (5,9% e 4,4%, no 3.º trimestre).

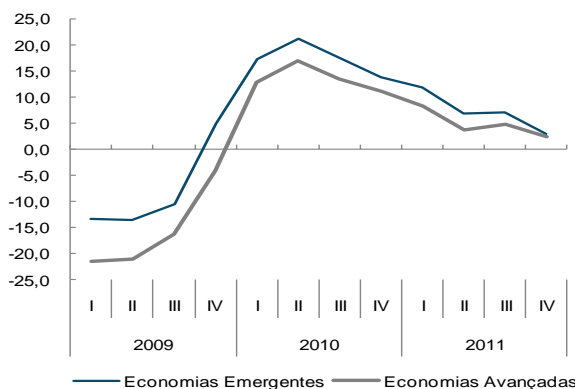
Figura 1.2. Comércio Mundial e Exportações de Mercadorias
(VH em volume, em %)



Fonte: CPB.

As exportações mundiais desaceleraram nas economias avançadas e emergentes, embora este abrandamento tenha sido mais acentuado para estas últimas, atingindo especialmente os países asiáticos. Já em relação ao enfraquecimento das importações mundiais, foram sobretudo as economias avançadas que mais contribuíram para esta evolução, devido ao recuo das importações por parte da área do euro, as quais caíram 2,8% em termos homólogos no 4.º trimestre de 2011 (invertendo a tendência de aumento registada desde o 1.º trimestre de 2010).

Figura 1.3. Exportações de Mercadorias
(VH em volume, em %)



Fonte: CPB.

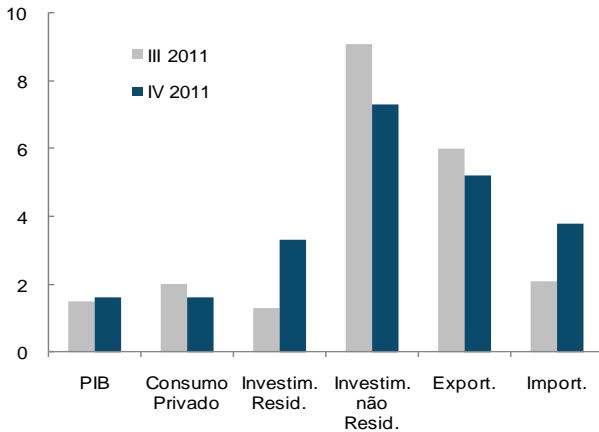
Quadro 1.1. Indicadores de Atividade Económica Mundial

Indicador	Unidade	Fonte	2011	2010	2011					2011			
				4T	1T	2T	3T	4T	set	out	nov	dez	
Índice de Produção Industrial Mundial	VH	CPB	5,4	8,2	7,0	5,0	5,5	4,1	5,2	4,6	3,8	3,8	
Economias Avançadas	VH	CPB	2,0	6,5	3,9	1,3	2,2	0,8	1,4	1,9	0,5	0,1	
Economias Emergentes	VH	CPB	8,4	9,8	9,9	8,4	8,5	7,0	8,5	7,1	6,7	7,1	
Comércio Mundial de Mercadorias	VH	CPB	5,6	11,6	9,6	5,1	5,1	2,9	4,5	3,3	2,8	2,5	
Importações Mundiais	VH	CPB	5,3	10,8	9,0	4,9	4,4	3,1	3,9	4,1	3,1	2,3	
Economias Avançadas	VH	CPB	3,1	9,2	7,5	2,5	2,1	0,6	1,8	1,5	0,3	0,1	
Economias Emergentes	VH	CPB	7,7	12,5	10,6	7,5	6,9	5,9	6,3	6,9	6,0	4,7	
Exportações Mundiais	VH	CPB	5,9	12,4	10,1	5,3	5,9	2,6	5,1	2,7	2,5	2,6	
Economias Avançadas	VH	CPB	4,7	11,1	8,3	3,7	4,7	2,2	5,6	1,5	2,5	2,7	
Economias Emergentes	VH	CPB	7,1	13,7	11,9	6,9	7,1	2,9	4,7	3,8	2,5	2,5	

Atividade Económica Extra-UE

Nos EUA, o PIB acelerou ligeiramente para 1,6% em termos homólogos reais no 4.º trimestre de 2011 em resultado da melhoria do investimento privado no segmento residencial; enquanto as restantes componentes abrandaram. O contributo das exportações líquidas para o crescimento do PIB diminuiu (apesar de continuar positivo), invertendo a evolução verificada nos trimestres precedentes.

Figura 1.4. PIB e Componentes da Despesa em Volume nos EUA (VH, em %)

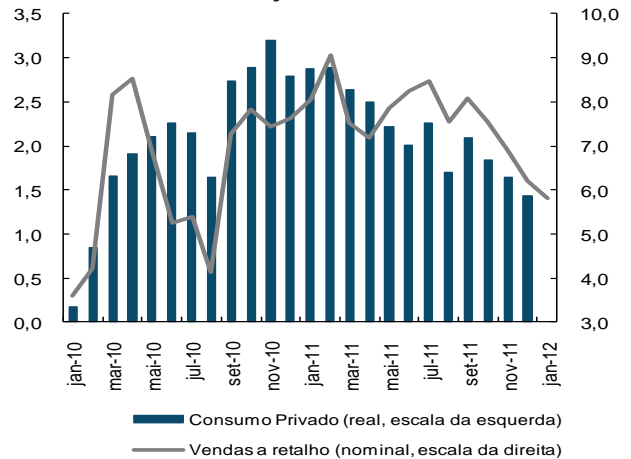


Fonte: Bureau of Economic Analysis.

Os indicadores disponíveis para o início de 2012 indicam uma atividade económica menos robusta dos EUA; enquanto os indicadores de confiança dos consumidores e dos empresários evoluíram favoravelmente. Assim, em janeiro de 2012 e, em termos homólogos:

- as vendas a retalho aumentaram 5,8% em termos nominais (6,2% em dezembro de 2011);
- a produção industrial abrandou para 3,3% (3,6% em dezembro de 2011);
- a taxa de desemprego desceu para 8,3% e a taxa de inflação diminuiu para 2,9% (3,0% em dezembro de 2011).

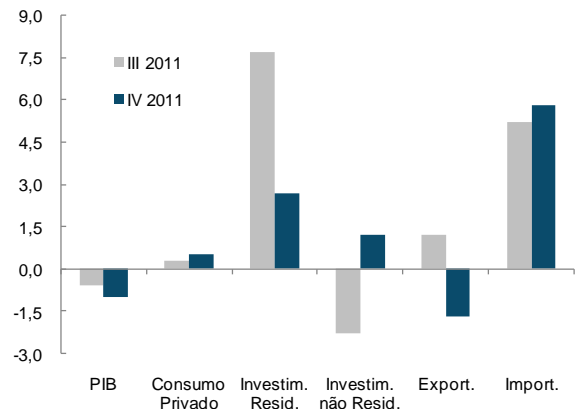
Figura 1.5. PIB e Índices de Confiança na Indústria e nos Serviços dos EUA



Fonte: Bureau of Economic Analysis.

No 4.º trimestre de 2011, a atividade económica do **Japão** deteriorou-se, tendo o PIB diminuído 1% em termos homólogos reais (-0,6% no 3.º trimestre) devido sobretudo ao abrandamento do investimento privado residencial e à diminuição das exportações, as quais registaram uma quebra de 1,7%, comparado com um aumento de 1,2% no trimestre precedente.

Figura 1.6. PIB e componentes da Despesa em Volume no Japão (VH, em %)



Fonte: Instituto de Estatística do Japão.

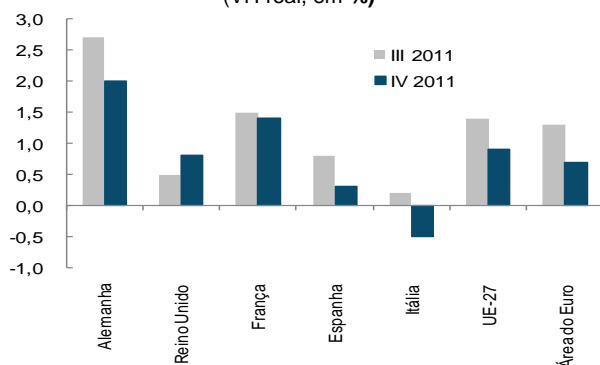
Quadro 1.2. Indicadores de Atividade Económica Extra-UE

Indicador	Unidade	Fonte	2011	2010					2011				2012
				4T	1T	2T	3T	4T	out	nov	dez	jan	
EUA – PIB real	VH	BEA	3,0	3,1	2,2	1,6	1,5	1,6	-	-	-	-	
Índice de Produção Industrial	VH	BGFRS	4,2	6,2	5,4	3,8	3,7	3,9	4,2	3,8	3,6	3,3	
Índice ISM da Indústria Transformadora	%	ISM	55,2	57,4	59,8	56,6	52,1	52,4	51,8	52,2	53,1	54,1	
Índice ISM dos Serviços	%	"	57,3	60,1	62,1	55,0	56,8	55,1	53,3	56,1	55,9	59,5	
Indicador de Confiança dos Consumidores	SRE	Michigan	67,4	71,3	73,1	71,9	59,6	65,0	60,9	64,1	69,9	75,0	
Taxa de Desemprego	%	BLS	9,0	9,6	9,0	9,0	9,1	8,7	8,9	8,7	8,5	8,3	
China – PIB real	VH	NBSC	9,2	9,8	9,7	9,5	9,1	8,9	-	-	-	-	
Exportações	VH	MC	20,3	25,2	25,3	22,4	20,7	14,4	15,9	13,8	13,4	-	
Japão – PIB real	VH	COGJ	-0,9	3,2	-0,1	-1,7	-0,6	-1,0	-	-	-	-	

Atividade Económica da UE

No 4.º trimestre de 2011, tanto o PIB da União Europeia (UE) como o da área do euro (AE) diminuiu 0,3% em cadeia, tendo desacelerado para 0,9% e 0,7% em termos homólogos reais, respetivamente (1,4% e 1,3%, no 3.º trimestre). De entre as principais economias com dados disponíveis, destaca-se, em termos homólogos, o abrandamento registado na Alemanha, França, Espanha e uma quebra na Itália. Pelo contrário, assistiu-se a uma melhoria no Reino Unido.

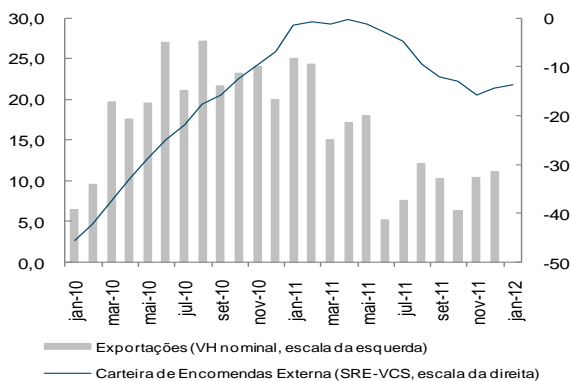
Figura 1.7. PIB da União Europeia
(VH real, em %)



Fonte: Eurostat.

Os indicadores quantitativos para área do euro no decurso do 4.º trimestre indicam uma ligeira redução da produção industrial, um crescimento menos forte das exportações e o prosseguimento da diminuição das vendas a retalho.

Figura 1.8. Exportações e Encomendas Externas da Área do Euro



Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

Quadro 1.3. Indicadores de Atividade Económica da UE

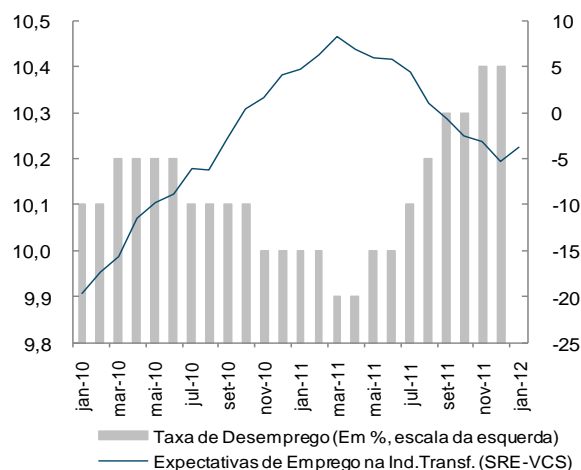
Indicador	Unidade	Fonte	2011	2010	2011					2011			2012
				4T	1T	2T	3T	4T	out	nov	dez	jan	
União Europeia (UE-27) – PIB real	VH	Eurostat	1,6	2,2	2,4	1,7	1,4	0,9	-	-	-	-	
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	100,3	104,8	106,4	104,6	97,5	92,6	93,6	92,6	91,6	92,8	
Área do Euro (AE-17) – PIB real	VH	Eurostat	1,5	2,0	2,4	1,6	1,3	0,7	-	-	-	-	
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	101,0	105,3	106,9	105,2	98,4	93,6	94,4	93,5	92,8	93,4	
Índice de Produção Industrial	VH	Eurostat	3,6	8,2	6,7	4,2	3,9	-0,2	1,2	0,0	-1,8	:	
Índice de Vendas a Retalho	VH real	"	-0,6	0,8	0,1	-0,4	-0,7	-1,3	-0,9	-1,4	-1,7	:	
Taxa de Desemprego	%	"	10,1	10,0	10,0	10,0	10,2	10,4	10,3	10,4	10,4	:	
IHPC	VH	"	2,7	2,0	2,5	2,8	2,7	2,9	3,0	3,0	2,7	2,7*	

* Estimativa preliminar.

Em janeiro de 2012, o indicador de sentimento económico subiu tanto na UE como na AE, em resultado sobretudo do aumento do indicador de confiança dos empresários dos serviços. Sendo de salientar que, em janeiro, se assistiu para a área do euro a:

- uma melhoria das encomendas externas;
- um aumento de expectativas da exportações em volume para o 1.º trimestre de 2012;
- uma ligeira subida da taxa de utilização da capacidade produtiva da indústria;
- uma evolução menos negativa quanto à criação de emprego para a indústria transformadora, invertendo a tendência registada desde abril de 2011.

Figura 1.9. Taxa de Desemprego e Expectativas de Emprego na Indústria da Área do Euro



Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

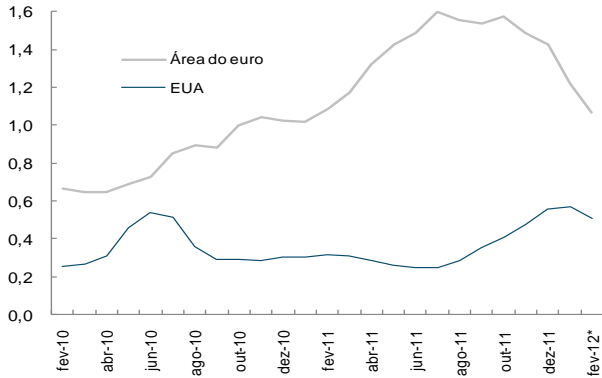
No 4.º trimestre de 2011, a taxa de desemprego subiu tanto na AE como na UE, para 10,4% e 9,9%, respetivamente (10,2% e 9,7%, no 3.º trimestre), mantendo-se, no conjunto do ano de 2011 em 10,1% e em 9,6%, designadamente.

Em janeiro de 2012 e, em termos preliminares, a taxa de inflação homóloga da área do euro manteve-se em 2,7%.

Mercados Financeiros e Matérias-Primas

Em fevereiro de 2012 e até ao dia 22, as taxas de juro de curto prazo diminuíram tanto na área do euro como nos EUA, mas a descida foi mais pronunciada para o primeiro caso. Com efeito, a taxa Euribor a 3 meses situou-se em 1,06% (1,22%, em janeiro) e a dos EUA em 0,51% (0,57%, em janeiro).

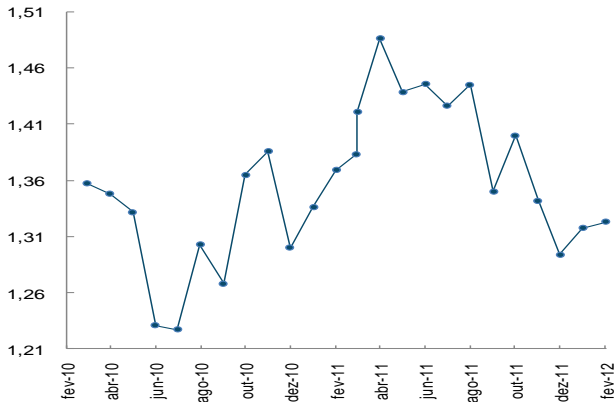
Figura 1.10. Taxa de Juro a 3 meses do Mercado Monetário (Média mensal, em %)



Fonte: BCE; IGCP. * Média até ao dia 22.

Em janeiro de 2012, as taxas de juro de longo prazo situaram-se quase ao mesmo nível do mês precedente tanto nos EUA como na área do euro, em torno de 2% e de 4,6%, respetivamente.

Figura 1.11. Taxa de Câmbio do Euro face ao Dólar (fim do período)

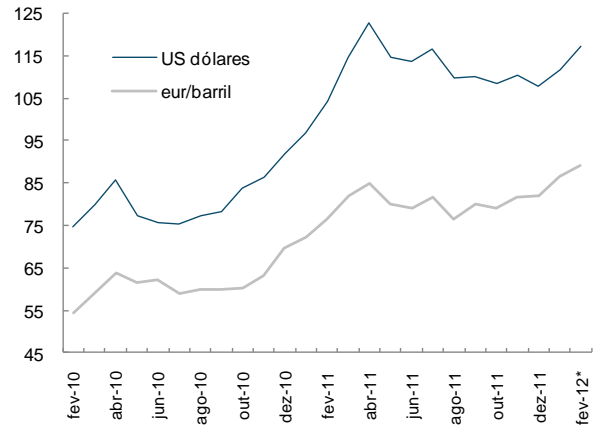


Fonte: Banco de Portugal. Para fevereiro, o valor é do dia 22.

Em fevereiro de 2012, e, até ao dia 22, a taxa de câmbio do euro face ao dólar tem vindo a apreciar-se, tendo sido de 1,32 no dia 22, representando uma apreciação de 2,2% face ao final do ano de 2011. Para esta evolução, contribuiu em parte, o acordo alcançado no seio da UE sobre a renegociação da dívida grega e a atribuição de um novo fundo financeiro destinado a este país, num montante de 130 mil milhões de euros.

Em janeiro de 2012, o índice de preços relativo do preço do petróleo importado subiu para 83,0 (por memória atingiu o valor 100 durante a crise petrolífera de 1979). Em fevereiro de 2012, e até dia 22, o preço do petróleo Brent tornou a aumentar para se situar, em média, em 117 USD/bbl (89 €/bbl), tendo este movimento ascendente estado associado, em parte, aos receios de perturbações do lado da oferta provocadas pelo aumento das tensões geopolíticas em torno do Irão.

Figura 1.12. Preço médio Spot do Petróleo Brent (Em USD e euros)



Fontes: DGEG, IGCP e BP. * Média dos dias 1 a 22.

Em janeiro de 2012, o preço das matérias-primas não energéticas tornou a desacelerar, tendo diminuído 14% em termos homólogos (-12% em dezembro de 2011), abrangendo a generalidade dos produtos, com exceção dos preços dos metais, os quais mantiveram a quebra de 18% em termos homólogos.

Quadro 1.4. Indicadores Monetários e Financeiros Internacionais

Indicador	Unidade	Fonte	2011	2010	2011					2011			2012
				4T	1T	2T	3T	4T	out	nov	dez	jan	
Taxa Euribor a 3 meses*	%	BP	1,36	1,01	1,23	1,55	1,55	1,36	1,59	1,47	1,36	1,13	
Yield OT 10 anos – EUA**	%	Eurostat	2,79	2,86	3,46	3,21	2,43	2,05	2,15	2,01	1,98	1,97	
Yield OT 10 anos – Área do euro**	%	"	4,41	3,74	4,32	4,51	4,30	4,53	4,28	4,69	4,63	4,65	
Taxa de Câmbio*	Eur/USD	BP	1,294	1,336	1,421	1,445	1,350	1,294	1,400	1,342	1,294	1,32	
Dow Jones*	VC	Yahoo	5,5	7,3	6,4	0,8	-12,1	12,0	9,5	0,8	1,4	3,4	
DJ Euro Stoxx50*	VC	"	-17,1	1,6	4,2	-2,1	-23,5	6,3	9,4	-2,3	-0,6	4,3	
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	USD/bbl	DGEG	110,82	87,23	105,15	117,04	112,18	108,94	108,49	110,46	107,86	111,52	
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	VH	"	38,2	15,5	36,2	47,2	45,9	24,9	29,8	28,2	17,4	15,4	
Spot do Petróleo Brent em euros/bbl**	VH	DGEG e BP	31,7	25,8	37,7	30,2	33,4	25,8	31,60	29,15	17,78	19,42	
Preço Relativo do Petróleo em euros***	1979=100	GEE	79,0	62,1	74,0	82,8	78,1	80,9	78,2	82,2	82,2	83,0	

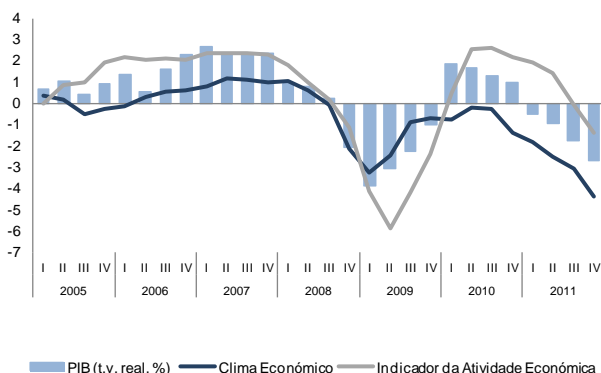
* Fim de período; ** Valores médios; *** Preço Relativo do Petróleo é o rácio entre o preço de importação de ramos de petróleo bruto em euros e o deflador do PIB em Portugal (sempre que não haja deflador, utiliza-se o último deflador conhecido). Nota: O preço do Petróleo Brent em 2009, 2010, 2011 e 2012 corresponde à média diária do IGCP.

2. Conjuntura Nacional

Atividade Económica e Oferta

No 4.º trimestre de 2011, e de acordo com a estimativa rápida do INE, o PIB terá registado um crescimento homólogo de -2,7% em volume, o que representa uma desaceleração de 0,9 p.p. em relação ao trimestre anterior, cujo crescimento foi agora revisto em baixa 0,1 p.p. (-1,8% contra -1,7%). Em termos anuais, em 2011, o PIB terá diminuído 1,5%, depois de em 2010 ter apresentado um crescimento de 1,4%.

Figura 2.1. PIB e Indicadores de Síntese Económica

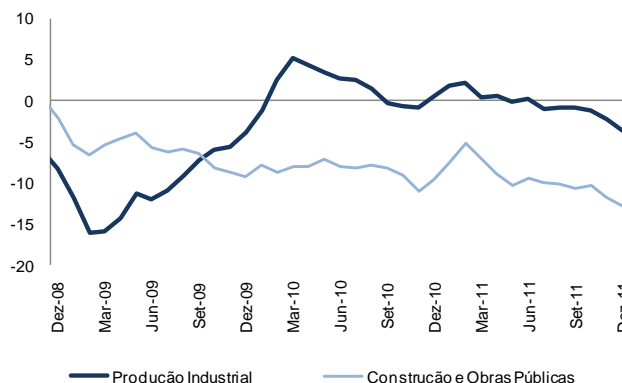


Fonte: INE.

Os dados quantitativos disponíveis para o 4.º trimestre de 2011, indicam que:

- na indústria transformadora, os índices de produção e de volume de negócios agravaram-se face ao 3.º trimestre, (-3,6% e 0,1% respetivamente no 4º trimestre, que compara com -0,8% e 4,7% no trimestre anterior).
- o índice de produção na construção e obras públicas apresentou uma quebra de 12,7% o que se traduz num agravamento de 2,0 p.p. em relação ao 3.º trimestre;
- o índice de volume de negócios nos serviços apresentou uma descida de 12,6%, agravando 6,6 p.p. em relação ao 3.º trimestre, enquanto o índice do comércio a retalho caiu 8,3% quando no 3.º trimestre tinha apresentado uma quebra de 4,1%.

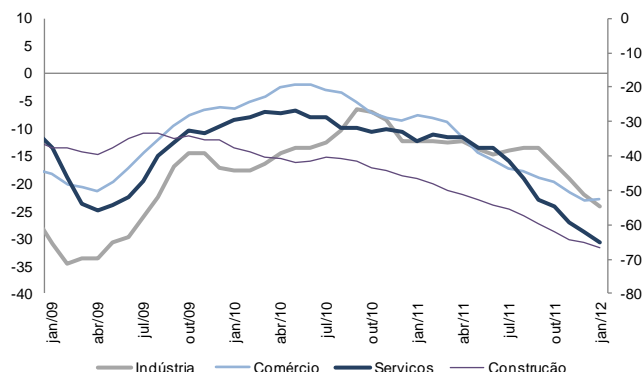
Figura 2.2. Índices de Produção (MM3, VH, %)



Fonte: INE.

Em janeiro de 2012 os indicadores de confiança apresentaram comportamentos diferenciados, tendo-se verificado uma ligeira melhoria no indicador de confiança da indústria e do comércio. O indicador de clima económico mantém a tendência negativa, estando no valor mínimo histórico desde o início da série em janeiro de 1989 (-4,7). O indicador de confiança da construção mantém uma acentuada tendência negativa, fazendo também um novo mínimo.

Figura 2.3. Indicadores de Confiança (SRE, MM3)



Fonte: INE.

Quadro 2.1. Indicadores de Atividade Económica e Oferta

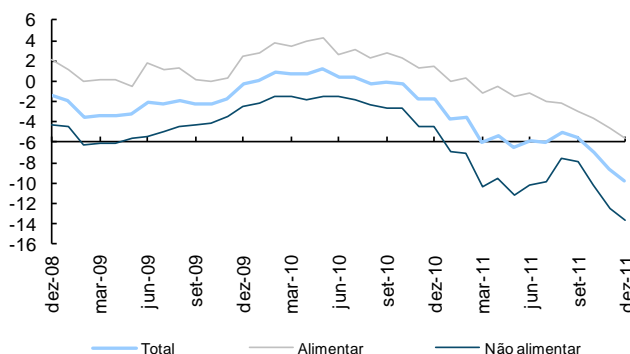
Indicador	Unidade	Fonte	2011	2011				2011			2012
				1T	2T	3T	4T	out	nov	dez	jan
PIB – CN Trimestrais	VH Real	INE	:	-0,5	-1,0	-1,8	:	:	:	:	:
Indicador de Clima Económico	SRE-VE	"	-2,7	-1,8	-2,6	-3,1	-4,4	-3,4	-3,9	-4,4	-4,7
Indicador de Confiança da Indústria	SRE-VCS	"	-15,7	-12,4	-14,8	-13,5	-22,0	-18,5	-21,6	-25,9	-24,8
Indicador de Confiança do Comércio	"	"	-16,7	-8,8	-15,9	-19,0	-23,0	-22,1	-23,7	-23,1	-21,9
Indicador de Confiança dos Serviços	"	"	-19,2	-11,6	-13,5	-23,0	-28,9	-24,6	-32,2	-29,8	-29,9
Indicador de Confiança da Construção	"	"	-57,2	-49,9	-54,4	-59,6	-65,1	-63,0	-67,0	-65,3	-68,2
Índice de Produção Industrial – Ind. Transf.	VH	"	0,5	0,5	0,2	-0,8	-3,6	-2,7	-3,0	-5,1	:
Índice de Volume de Negócios – Ind. Transf.	"	"	7,4	10,1	8,1	4,7	0,1	2,3	2,9	-4,8	:
Índice de Volume de Negócios - Serviços	"	"	-2,3	-3,4	-6,3	-6,0	-12,6	-8,7	-12,0	-16,6	:

Consumo Privado

No final do 4.º trimestre, o índice de volume de negócios no comércio a retalho (IVNCR) apresentou um decréscimo de 9,7% em termos homólogos, 4,2 p.p. maior que a observada no trimestre anterior. Verificou-se assim uma quebra de 6,8% em 2011.

Esta evolução no 4.º trimestre decorreu de uma diminuição de 13,6% na categoria dos bens não alimentares e de 5,7% na categoria dos bens alimentares, refletindo um agravamento, face ao 3.º trimestre, de 5,7 p.p. e de 2,8 p.p., respetivamente.

Figura 2.4. Índice do Volume de Negócios no Comércio a Retalho (MM3, VH)



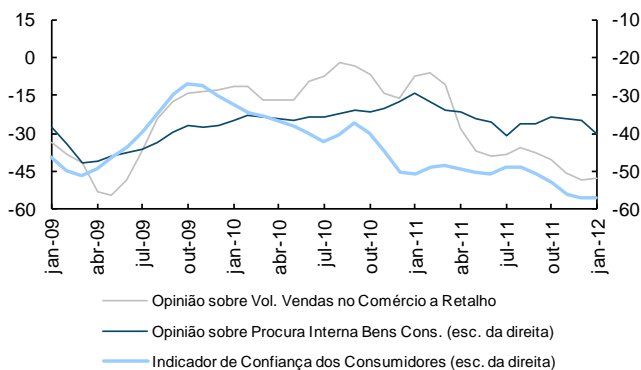
Fonte: INE.

A confiança dos empresários do comércio a retalho apresentou uma melhoria em janeiro, alterando mesmo o perfil descendente que se vinha verificando na média móvel a 3 meses.

Em sentido inverso, no sentimento dos empresários relativos à procura interna por bens de consumo produzidos pela indústria observou-se uma quebra, levando a uma degradação da média móvel a 3 meses que se tinha mantido estável nos 3 meses anteriores.

O índice de confiança dos consumidores registou em janeiro uma ligeira diminuição, não sendo, no entanto, suficiente para alterar a média móvel a 3 meses, que se manteve estável.

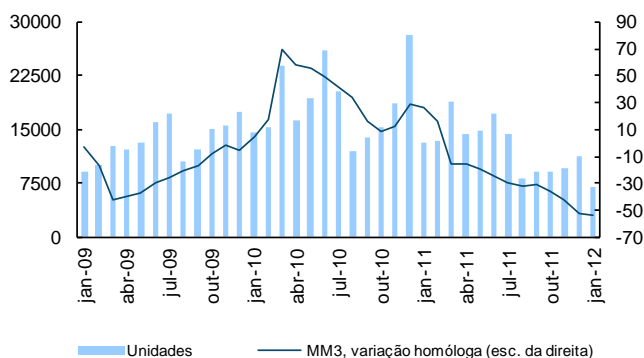
Figura 2.5. Opiniões dos Empresários e Confiança dos Consumidores (SRE-VE, MM3)



Fonte: INE.

Em janeiro, as vendas de veículos ligeiros totalizaram os 6 949, o valor mais baixo desde janeiro de 1998, e uma quebra de 47,4% em termos homólogos.

Figura 2.6. Venda de Automóveis Ligeiros de Passageiros



Fonte: ACAP.

Quadro 2.2. Indicadores de Consumo Privado

Indicador	Unidade	Fonte	2011	2010					2011			2012
				4T	1T	2T	3T	4T	Out	Nov	Dez	
Consumo Privado - CN Trimestrais	VH real	INE	-	12	-2.3	-3.3	-3.3	:	-	-	-	-
Indicador de Confiança dos Consumidores	SRE-VE	"	-52	-50	-48	-51	-51	-57	-56	-58	-56	-57
Volume de Vendas no Comércio a Retalho	VH	"	-34	-16	-11	-39	-38	-49	-45	-49	-52	-41
Índice de Vol. Negócios no Comércio a Retalho*	VH	"	-6.8	-1.7	-6.1	-5.9	-5.5	-9.7	-9.7	-9.2	-10.3	-
Bens alimentares	VH	"	-2.7	1.4	-1.2	-1.1	-2.9	-5.7	-4.8	-5.6	-6.5	-
Bens não alimentares	VH	"	-10.5	-4.5	-10.4	-10.2	-7.9	-13.6	-14.4	-12.6	-13.9	-
Vendas de Automóveis Ligeiros de Passageiros**	VH	ACAP	-31.4	28.9	-15.2	-24.7	-31.5	-51.9	-40.5	-48.8	-60.1	-47.4
Importações de bens de consumo***	VH	INE	-2.1	3.0	2.6	-2.7	-0.8	-7.1	-8.8	-6.5	-5.9	-

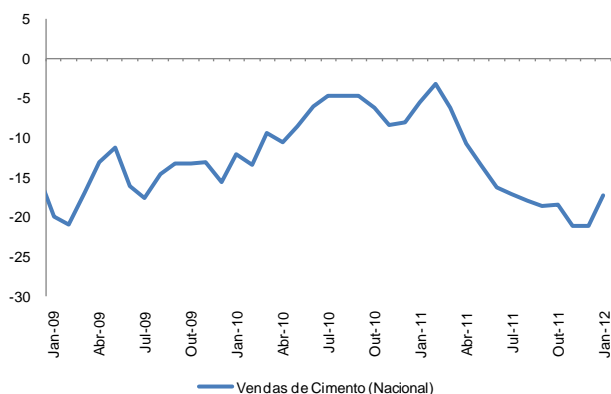
* Índices deflacionados, corrigidos de sazonalidade e de dias úteis; ** Inclui veículos Todo-o-Terreno e Monovolumes com mais de 2300Kg; *** Exclui material de transporte.

Investimento

Em janeiro e em termos homólogos, verificou-se que:

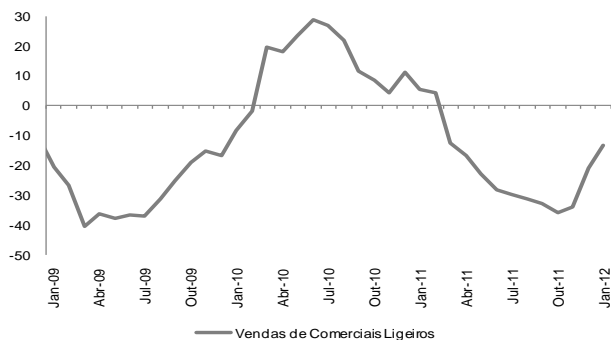
- as vendas de cimento apresentaram quebras menores do que no 4.º trimestre de 2011 (-8,2% face a -18,5%);
- as vendas de veículos comerciais ligeiros desceram 8,2%, o que se traduz numa desaceleração de 10,9 p.p. face ao último trimestre de 2011;
- o indicador do volume de vendas de bens de investimento para o mercado nacional continua a níveis historicamente baixos, tendo o valor de -49 no mês de Janeiro.

Figura 2.7. Vendas de Cimento
(VH, MM3)



Fontes: Secil e Cimpor.

Figura 2.8 Vendas de Veículos Comerciais Ligeiros
(VH, MM3)



Fonte: ACAP.

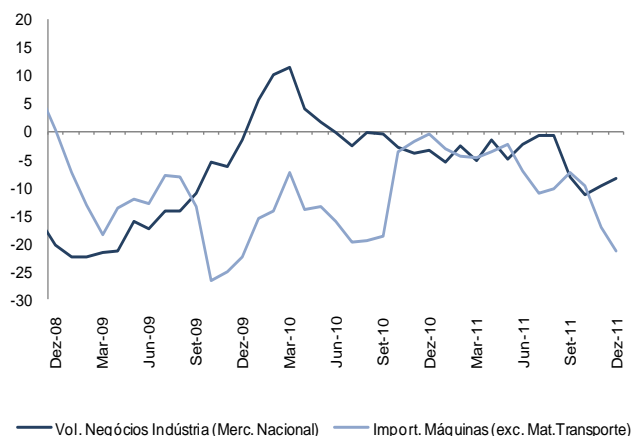
Quadro 2.3 Indicadores de Investimento

Indicador	Unidade	Fonte	2011	2011				2011			2012
				1T	2T	3T	4T	out	nov	dez	jan
FBC – CN Trimestrais	VH Real	INE	:	-6,0	-12,8	-13,7	:	:	:	:	:
da qual, FBCF	VH Real	INE	:	-7,0	-10,5	-12,0	:	:	:	:	:
Indicador de FBCF	SRE-VE	"	-9,0	-3,9	-10,4	-12,2	-14,6	-12,2	-13,9	-14,6	:
Vendas de Cimento	VH	SECIL e CIMPOR	-11,1	-6,1	-16,3	-18,6	-18,5	-20,0	-23,6	-19,1	-8,2
Vendas de Veículos Comerciais Ligeiros	VH	ACAP	-23,6	-12,5	-28,2	-32,8	-36,0	-40,5	-26,0	-4,1	-13,9
Vendas de Veículos Comerciais Pesados	VH	"	-16,9	34,1	-1,4	-41,8	-26,2	5,1	-58,2	-68,2	-40,8
Volume Vendas Bens de Investimento*	SRE-VE	INE	-42,0	-21,9	-43,6	-45,9	-48,1	-50,7	-68,3	-50,9	-49,0
Licenças de Construção de fogos	VH	"	-32,1	-24,6	-38,6	-30,6	-34,7	-21,6	-40,5	-42,4	:
Importações de Bens de Capital**	VH	"	-10,0	-4,5	-7,1	-7,3	-21,3	-17,9	-22,2	-23,6	:
Índice Vol. Negócios da IT de Bens de Inv.***	VH	"	-6,1	-5,2	-2,2	-8,1	-8,2	-9,4	-1,0	-12,9	:

* no Comércio por Grosso; ** exceto Material de Transporte; *** para o Mercado nacional

O indicador de FBCF do INE registou um novo mínimo histórico em dezembro de 2011. Esta quebra deveu-se essencialmente à descida da componente de máquinas e equipamento de construção. As licenças de construção de fogos continuam a sua tendência negativa em dezembro de 2011, o que demonstra o atual momento frágil vivido no sector da construção.

Figura 2.9. Bens de Equipamento
(VH, MM3)



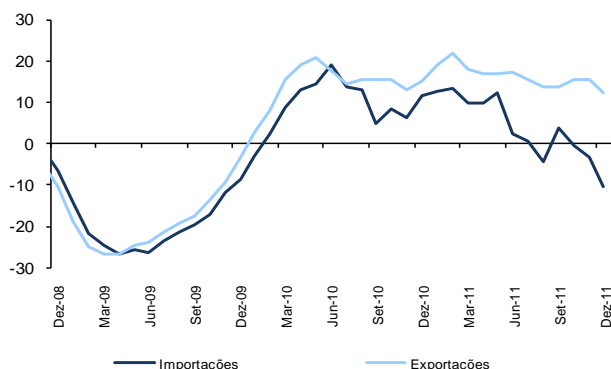
Fonte: INE.

No 4.º trimestre de 2011 as importações de bens de capital, exceto material de transporte desceram fortemente face ao 3.º trimestre (-21,3% e -7,3%, respetivamente), sendo a quebra anual de -10,0%.

Contas Externas

De acordo com os dados preliminares relativos ao comércio internacional de bens divulgados pelo INE no mês de dezembro, assistiu-se a uma redução dos fluxos das exportações e importações, mais significativa no último caso. No 4.º trimestre de 2011, as exportações registaram uma variação de 12,4% que compara com os 3,9% registados no trimestre anterior. Em 2011, as exportações cresceram 15,2% e as importações 1% em termos homólogos nominais.

Figura 2.10. Fluxos do Comércio Internacional
(VH, MM3, %)

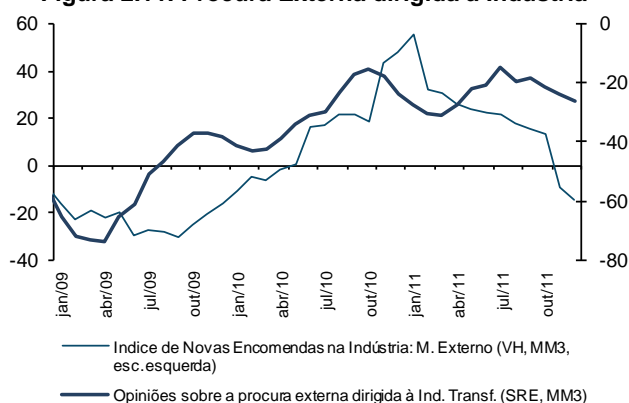


Fonte: INE.

Face ao trimestre anterior, a componente intracomunitária das importações desceu em 13,1 p.p. (-14,6% face a -1,5% no 3.º trimestre), sendo que do lado extracomunitário a quebra foi de 15,7 p.p. (3,9% face a 19,6%). Do lado das exportações, a componente intracomunitária cresceu 4,7% enquanto a extracomunitária cresceu 26,5%, mais 9,1 p.p. do que no 3.º trimestre, evidenciando a diversificação de mercados.

No 4.º trimestre, as novas encomendas à indústria do mercado externo desaceleraram fortemente em relação ao trimestre anterior (-14,6% face a 15,3%). As opiniões à procura externa na indústria deterioraram-se ligeiramente no trimestre terminado em janeiro de 2012.

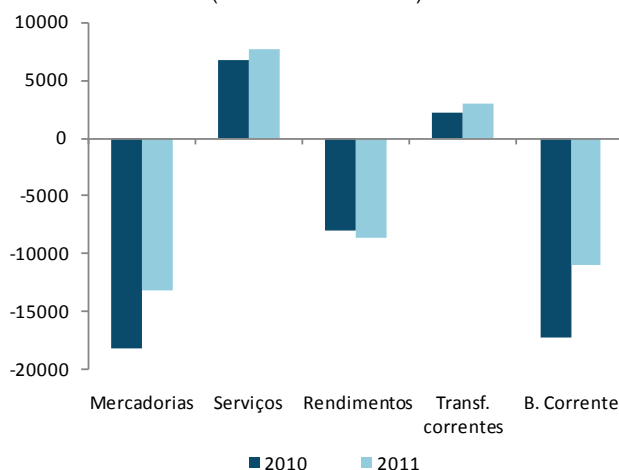
Figura 2.11. Procura Externa dirigida à Indústria



Fonte: INE.

Em 2011, o défice acumulado da balança corrente foi de 11 025 milhões de euros, o que representa uma redução de 6 200 milhões de euros (36%) em relação ao ano anterior. Este resultado traduz uma melhoria em quase todos os saldos (a exceção é a balança de rendimentos), com destaque para a diminuição de 5 005 milhões de euros no défice da balança de mercadorias, e um aumento de 1 032 milhões de euros no excedente da balança de serviços.

Figura 2.12. Balança Corrente: composição do saldo
(em milhões de euros)



Fonte: INE.

Quadro 2.4. Indicadores de Contas Externas

Indicador	Unidade	Fonte	2010	2011	2009				2011				
					4T	1T	2T	3T	4T	set	out	nov	dez
Exportações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	INE	8,8	:	7,6	8,3	8,7	6,5	:	:	:	:	:
Importações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	"	5,4	:	4,1	-1,1	-4,6	-2,8	:	:	:	:	:
Saldo de bens e serviços	% PIB	"	7,2	:	7,5	5,6	4,8	3,7	:	:	:	:	:
Necessid. de financiamento da economia	% PIB	"	-8,3	:	-6,1	-7,1	-8,5	-5,8	:	:	:	:	:
Saídas de mercadorias	VH nom	"	16,0	15,2	22,0	17,9	17,3	13,7	12,4	14,4	16,3	16,1	4,4
Entradas de mercadorias	VH nom	"	11,0	10	13,4	9,7	2,4	3,9	-10,5	4,4	-7,1	-7,3	-16,9

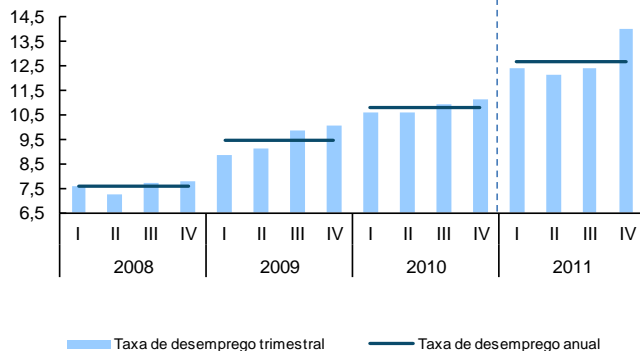
Indicador	Unidade	Fonte	2010	2011	2010		2011		Var. Acumulada
					dez	jan-dez	dez	jan-dez	
Saldo Balança Corrente e de Capital	10 ⁶ euros	BP	-15 284	-8 901	-1073	-15 284	-229	-8 901	6 382
Saldo Balança de Bens	"	"	-18 195	-13 190	-1884	-18 195	-889	-13 190	5 005
Saldo Balança de Serviços	"	"	6 712	7 744	594	6 712	642	7 744	1032
Saldo Balança de Rendimentos	"	"	-7 939	-8 574	-753	-7 939	-718	-8 574	-635
Saldo Balança de Transf. Correntes	"	"	2 198	2 995	126	2 198	132	2 995	798

* valores preliminares divulgados pelo INE no âmbito do SDDS.

Mercado de Trabalho

A taxa de desemprego registada no final do 4.º trimestre foi, de acordo com dados do INE, de 14%, um agravamento de 1,6 p.p. face ao trimestre anterior. A taxa média anual fixou-se assim nos 12,7%, 1,9 p.p. superior à de 2010.

Figura 2.13. Desemprego (%)



Fonte: INE.

Os desempregados registados no 4.º trimestre ascenderam aos 771 mil, um acréscimo de 81,4 mil face ao trimestre anterior. O valor médio anual foi de 706,1 mil desempregados.

O emprego total apresentou no 4.º trimestre uma quebra de 2,8% em cadeia, menos 118,3 mil empregados.

Em janeiro, de acordo com os dados do IEFP, os desempregados registados superavam os 637 mil, um aumento homólogo de 14,4%, 2,7 p.p. superior ao verificado no mês anterior.

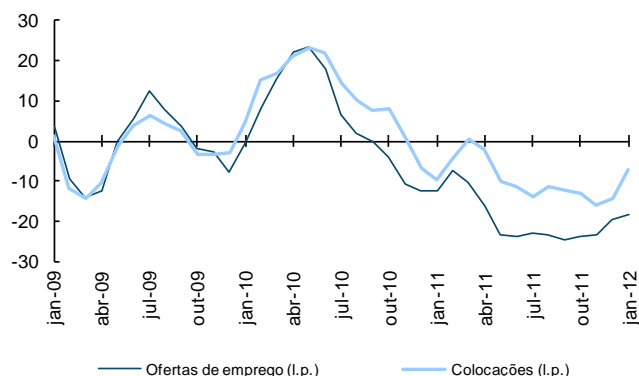
Em valores absolutos verificou-se um aumento de 32,5 mil no número de desempregados face a dezembro e de 80,4 mil comparando com igual mês do ano anterior.

Em janeiro o número de desempregados inscritos mensalmente registou um acréscimo de 19,9%, 15,3 p.p. inferior ao do mês anterior. Inscreveram-se mais 12,6 mil que em igual mês do ano anterior e mais 11,7 mil que em dezembro.

As ofertas de emprego registaram em janeiro uma diminuição homóloga de 21%, 12,3 p.p. superior à ocorrida no mês anterior.

No mesmo período as colocações diminuíram 1,6%, um agravamento de 2,8 p.p. face ao mês anterior.

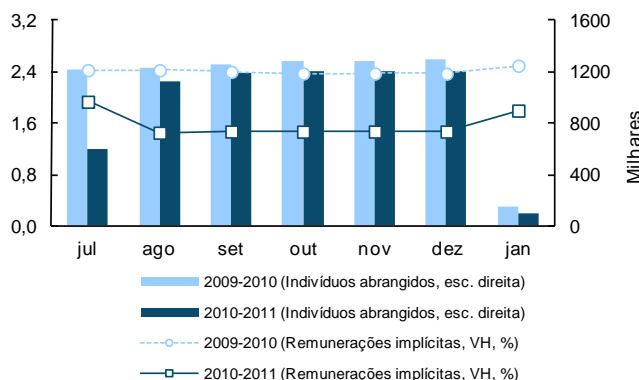
Figura 2.14. Ofertas de Emprego e Colocações (MM3, VH)



Fonte: IEFP.

O rácio das colocações sobre as ofertas subiu para os 61,7%.

Figura 2.15. Contratação Coletiva



Fonte: MEE.

Em janeiro o número de trabalhadores abrangidos por instrumentos de regulamentação coletiva (IRCT) foi de 92,4 mil, uma diminuição de 40,4% face a igual mês do ano anterior. O crescimento das remunerações implícitas nos IRCT foi de 1,8%, um aumento face a dezembro.

Quadro 2.5. Indicadores do Mercado de Trabalho

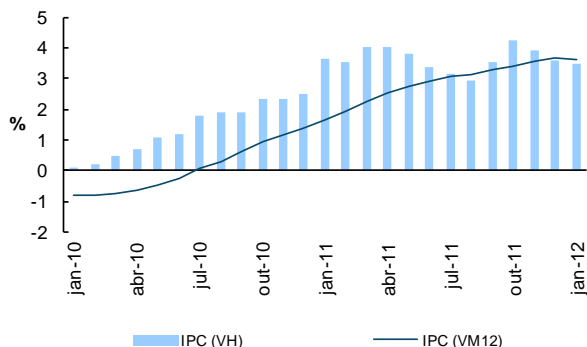
Indicador	Unidade	Fonte	2011	2010	2011				2011			2012
				4T	1T	2T	3T	4T	Out	Nov	Dez	Jan
Taxa de Desemprego	%	INE	12,7	11,1	12,4	12,1	12,4	14,0	-	-	-	-
Emprego Total	VH	"	-2,8	-1,5	-2,8	-2,0	-2,2	-4,3	-	-	-	-
Desemprego Registado (f.p.)	VH	IEFP	11,7	3,3	-3,5	-6,0	-0,3	11,7	3,0	6,7	11,7	14,4
Desempregados Inscritos (l.p.)	VH	"	5,3	-7,5	-11,0	-2,2	10,7	25,3	22,4	20,0	35,2	19,9
Ofertas de Emprego (l.p.)	VH	"	-20,1	-12,4	-10,3	-23,8	-24,5	-19,6	-23,8	-23,2	-8,8	-21,0
Contratação Coletiva	VHA	MTSS	15	2,4	2,4	2,0	1,5	1,5	1,5	1,5	1,5	1,8
Índice do Custo do Trabalho* – Portugal	VH	INE	-0,3	4,2	0,8	-0,8	0,8	-1,7	-	-	-	-
Índice do Custo do Trabalho* – AE16	VH	Eurostat	2,1	1,7	2,5	3,3	2,7	:	-	-	-	-

* Total, excluindo a Administração Pública, Educação, Saúde e Outras Atividades; f.p. - no fim do período; l.p. - ao longo do período.

Preços

Em janeiro verificou-se, pelo 3.º mês consecutivo, uma desaceleração do crescimento do Índice de Preços no Consumidor (IPC), com uma taxa de variação homóloga de 3,5%, 0,1 p.p. inferior à do mês anterior. A variação média dos últimos 12 meses baixou 0,1 p.p. para os 3,6%.

Figura 2.16. Taxa de Variação do IPC
(VH, em %)



Fonte: INE.

As categorias que mais contribuíram para este crescimento foram os transportes e a habitação, água e eletricidade, com subidas de 4,5% e 9,6%, respetivamente. São ambas categorias onde se observa um forte impacto dos produtos energéticos que apresentaram um aumento de 11,7%.

Os produtos alimentares e bebidas não alcoólicas e a saúde, com aumentos de preços de 3,3% e 5,9%, respetivamente, foram outras categorias com um impacto relevante para o crescimento observado.

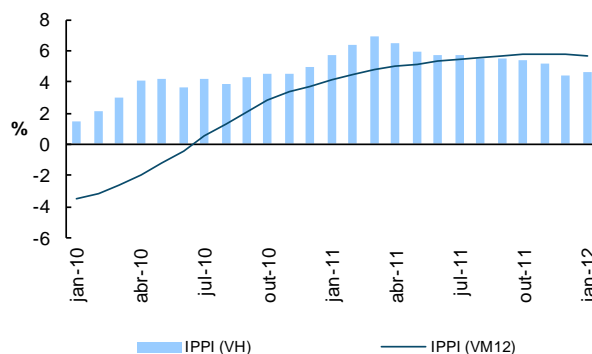
O vestuário e calçado e o lazer, recreação e cultura foram as únicas categorias a apresentarem um contributo negativo com uma diminuição em termos homólogos de 3,6% e 0,4%, respetivamente.

Os preços dos bens mantiveram a tendência de abrandamento, com um crescimento de 3,9%, 0,5 p.p. inferior ao do mês anterior. Já nos serviços manteve-se a trajetória ascendente com um aumento de 2,8%, 0,3 p.p. superior ao de dezembro. Fruto desta evolução o diferencial entre ambos reduziu-se 0,7 p.p. para os 1,1 p.p..

Em janeiro a inflação subjacente (IPC excluindo bens alimentares não transformados e energéticos) desceu 0,2 p.p. para os 2,1%. O diferencial face ao IPC total manteve-se nos 1,4 p.p..

O Índice de Preços na Produção Industrial interrompeu em janeiro a tendência de desaceleração que se vinha verificando, registando um aumento de 4,6%, 0,2 p.p. superior ao do mês passado. A variação média dos últimos 12 meses baixou 0,1 p.p. para os 5,7%.

Figura 2.17. Taxa de Variação do IPPI
(VH, %)



Fontes: INE.

Os bens de consumo não duradouros e a energia, com crescimentos de 2,5% e 12,2%, respetivamente, foram os agrupamentos industriais onde se verificaram os aumentos mais elevados.

Já nas secções os maiores aumentos foram de 6,8% na Captação, Tratamento e Distribuição de Água; Saneamento, Gestão de Resíduos e Despoluição e de 10,7% na Eletricidade, Gás, Vapor, Água Quente e Ar Frio.

Em janeiro a variação homóloga do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor em Portugal foi de 3,4%, 0,1 p.p. inferior à verificada no mês anterior.

Quadro 2.6. Indicadores de Preços

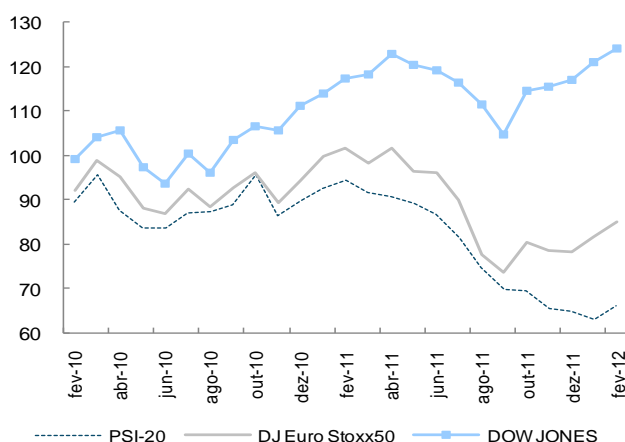
Indicador	Unidade	Fonte	2011	2011												2012
				Mai	Jun	Jul	Ago	Sep	Out	Nov	Dez	Jan				
Índice de Preços no Consumidor	VC	INE	:	-0.1	-0.2	-0.1	-0.4	0.8	1.1	-0.1	0.0	0.5				
Índice de Preços no Consumidor	VH	INE	:	3.8	3.4	3.2	2.9	3.6	4.2	3.9	3.6	3.5				
Índice de Preços no Consumidor	VM12	"	3.7	2.8	2.9	3.1	3.1	3.3	3.4	3.6	3.7	3.6				
IPC – Bens	VH	"	4.4	4.6	3.9	3.6	3.1	4.2	5.4	5.0	4.4	3.9				
IPC – Serviços	"	"	2.5	2.7	2.7	2.5	2.6	2.5	2.4	2.3	2.5	2.8				
IPC excl. aliment. não transf. e energéticos	"	"	2.3	2.5	2.3	2.1	1.8	2.5	3.0	2.1	2.3	2.1				
Índice de Preços na Produção Industrial	VH	"	5.8	6.0	5.8	5.7	5.5	5.5	5.5	5.2	4.4	4.6				
IHPC	"	"	3.6	3.7	3.3	3.0	2.8	3.5	4.0	3.8	3.5	3.4				
Diferencial IHPC vs área do euro (VH)	p.p.	Eurostat	0.8	1.0	0.6	0.5	0.2	0.5	1.0	0.8	0.7	-				

Mercado de Capitais, Crédito e Taxas de Juro

Em fevereiro de 2012, os índices bolsistas internacionais apresentaram uma evolução positiva. Esta situação traduziu, para o caso dos EUA, a divulgação de indicadores económicos mais favoráveis do que os esperados e, no caso da área do euro, refletiu o aumento de expectativas quanto à obtenção de uma solução duradoura para a crise da dívida soberana. Por outro lado, a cedência de maior liquidez e de melhores condições de refinanciamento dos bancos junto do Banco Central Europeu também favoreceram a diminuição da aversão ao risco por parte dos investidores, especialmente no sector da banca.

Assim, em fevereiro e, até dia 22, os índices *Euro Stoxx50* e *Dow Jones* subiram 3,7% e 1,8%, respetivamente, face ao final de janeiro de 2012.

Figura 2.18. Índices Bolsistas
(dezembro 2009=100, fim do período)

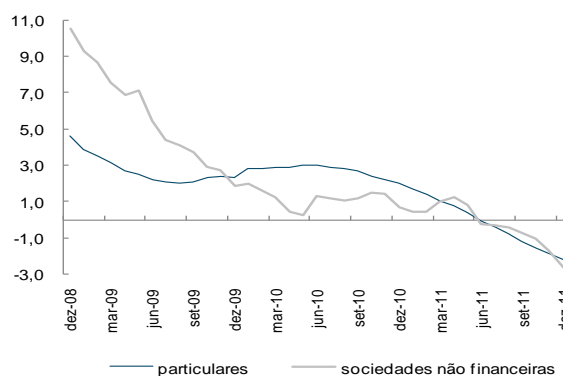


Fontes: CMVM; *Finance Yahoo*. Para fevereiro, o valor é do dia 22.

À semelhança dos índices bolsistas internacionais, o índice PSI-20 também apresentou uma evolução favorável, invertendo a trajetória descendente dos meses precedentes. Com efeito, em fevereiro e, até ao dia 22, o índice PSI-20 subiu 4,9% face ao final do mês de janeiro.

Em dezembro de 2011, o ritmo de crescimento dos empréstimos ao setor privado não financeiro continuou a desacelerar, tendo a taxa de variação anual diminuído para -2,4% (-1,9% em novembro). Para esta evolução contribuiu sobretudo uma diminuição do crédito dirigido às empresas não financeiras.

Figura 2.19. Empréstimos ao Sector Privado
(va, em %)

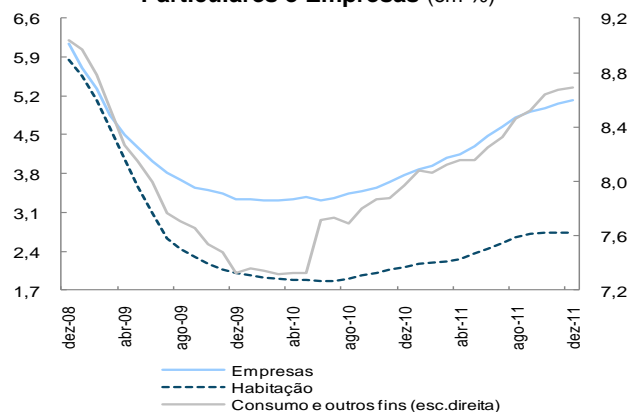


Fonte: Banco de Portugal.

Relativamente ao crédito destinado aos particulares, os empréstimos para a aquisição de habitação prosseguiram a tendência de desaceleração, tendo continuado a apresentar, em dezembro, uma taxa de variação negativa (-1,6%). Igualmente, o crédito destinado ao consumo e para outros fins também apresentou uma variação negativa, ainda mais acentuada, para -6,7% e para -2,6%.

As taxas de juro das operações do crédito aumentaram tanto para os particulares como para as empresas, tendo a subida sido mais significativa para o crédito às empresas, a qual se situou em 5,12% em dezembro de 2011 (3,77% em dezembro de 2010).

Figura 2.20. Taxas de Juro de Empréstimos a Particulares e Empresas (em %)



Fonte: Banco de Portugal.

Quadro 2.7. Indicadores Monetários e Financeiros

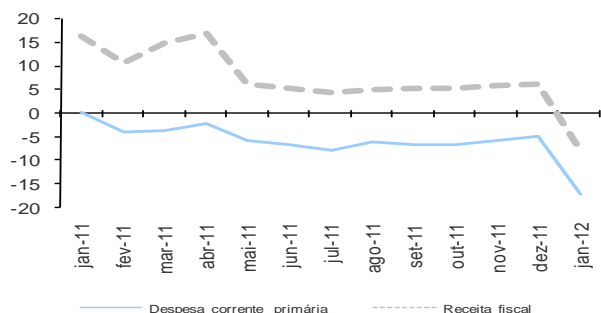
Indicador	Unidade	Fonte	2011	2011												2012
				mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	jan				
Yield OT 10 anos PT*	%	IGCP	12,9	9,7	9,6	10,6	10,2	10,9	11,6	13,5	12,9	15,2				
Yield OT 10 – Spread Portugal face a Alemanha*	p.b.	"	1111	672	665	803	795	895	952	1120	1111	1343				
PSI 20*	VC	CMVM	-27,6	-1,6	-3,1	-5,9	-8,3	-6,8	-0,4	-5,7	-0,8	-3,1				
Empréstimos a particulares: - para habitação	va**	BP	-1,6	0,9	0,4	0,0	-0,3	-0,7	-1,0	-1,3	-1,6	:				
- para consumo	va**	"	-6,7	-2,4	-2,5	-3,1	-3,7	-4,2	-4,5	-5,3	-6,7	:				
Empréstimos a empresas	va**	"	-2,7	0,8	-0,3	-0,3	-0,4	-0,7	-1,0	-1,7	-2,7	:				
Taxa de Juro de empréstimos p/habitação*	%	"	2,73	2,36	2,44	2,54	2,66	2,71	2,74	2,74	2,73	:				
Taxa de Juro de empréstimos p/empresas*	%	"	5,12	4,30	4,49	4,64	4,82	4,92	4,97	5,06	5,12	:				

* Fim de período; ** Variação anual. Nota: As taxas de variação anual são calculadas com base na relação entre saldos de empréstimos bancários em fim de mês, ajustados de operações de titularização, e transacções mensais, as quais são calculadas a partir de saldos corrigidos de reclassificações, de abatimentos ao activo e de reavaliações cambiais e de preço.

Finanças Públicas – Estado

Em Janeiro, o valor provisório para o défice global do Estado, na ótica da contabilidade pública, foi de 436 milhões de euros, o que representa uma melhoria de 306,3 milhões de euros face ao período homólogo. O défice primário foi de 311,6 milhões de euros, menos 325,7 milhões de euros do que o registado no ano anterior.

Figura 2.21. Execução Orçamental do Estado
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

A execução orçamental do Estado, face ao mesmo período de 2011, caracterizou-se por:

- uma diminuição da receita fiscal em 7,9%, justificada pelo decréscimo dos impostos diretos em 18,8%, parcialmente compensada pelo crescimento dos indiretos em 0,5%. Nos impostos diretos, o principal contributo é dado pela receita de IRC (-61,3%) em consequência, em parte, da antecipação da distribuição de dividendos ocorrida em dezembro de 2010 e em menor grau pelo IRS (-4,5%) e outros impostos (-99,3%). Nos impostos indiretos, esta variação resulta fundamentalmente do crescimento da receita do IVA (5,7%), sendo que, excluindo o imposto sobre os veículos, o ISP e o imposto de selo, os restantes impostos apresentam variações positivas. A receita não fiscal registou um crescimento 8,6%, refletindo, essencialmente, o comportamento das contribuições para a ADSE e das transferências correntes; e

- um decréscimo da despesa total em 12,7% e da despesa primária em 13,6%. Para este resultado contribuiu, essencialmente, o comportamento das transferências, nomeadamente devido ao efeito base associado à antecipação do pagamento da contribuição financeira para o orçamento da UE, à redução das transferências de capital para a Região Autónoma da Madeira, justificada pela violação por esta entidade dos limites de endividamento em 2011 e para a Administração Local ao abrigo da Lei de Estabilidade Orçamental, parcialmente compensado pelo aumento da transferência para a Segurança Social, com o objetivo de financiar as respon-

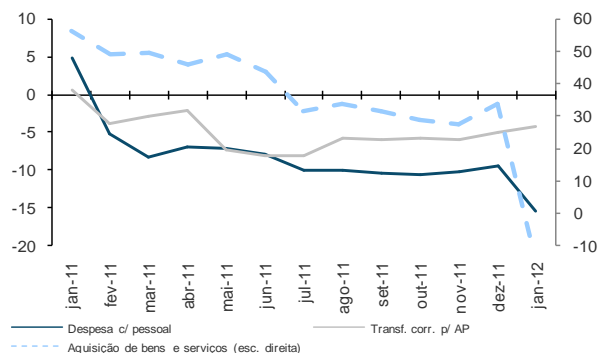
Quadro 2.9. Execução Orçamental do Estado

	2011		2012		2011			2012
	jan		jan		out	nov	dez	jan
	10 ⁶ euros		Exec. face OE corrig.* (%)		VHA (%)			
Receita Total	3173	2981	8,0	7,6	5,2	5,9	14,5	-6,1
Receita corrente	3034	2887	8,0	7,4	6,1	6,6	6,9	-4,8
Impostos diretos	1228	998	8,4	7,0	6,0	8,5	10,4	-18,8
Impostos indiretos	1601	1609	8,1	7,7	4,7	3,9	2,9	0,5
Despesa Total	3915	3417	7,8	7,4	-3,6	-2,5	-3,6	-12,7
Despesa corrente primária	3541	2931	8,8	8,2	-6,7	-5,9	-5,0	-17,2
Despesa corrente	3646	3055	7,8	7,0	-4,2	-2,7	-2,1	-16,2
Despesa com pessoal	796	674	7,6	7,6	-10,5	-10,2	-9,6	-15,4
Aquisição bens e serviços	53	45	2,6	2,5	28,9	27,5	33,9	-15,7
Subsídios	11	0	1,8	0,0	-51,5	-53,0	-13,9	-99,7
Juros	105	124	1,6	1,6	11,7	21,2	21,5	18,5
Transferências corr. p/ AP	2079	1989	8,8	9,1	-5,8	-6,0	-5,0	-4,3
Saldo Global	-742	-436	-	-	-	-	-	-
Saldo Primário	-637	-312	-	-	-	-	-	-

Nota: * Corresponde ao OE inicial corrigido das alterações orçamentais da competência do Governo, nomeadamente, os montantes cativos utilizados, as autorizações de despesa, e os reforços de dotação provisional. Fonte: DGO.

sabilidades inerentes ao fundo de pensões dos bancários, e pela transferência de capital para a RTP, S.A. para a assunção de passivos financeiros. Na evolução das despesas é ainda de salientar a redução das despesas com pessoal (-15,4%) e o crescimento dos juros e outros encargos da dívida (+18,5%).

Figura 2.22. Despesa do Estado – principais componentes
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

No final de janeiro, a dívida direta do Estado situava-se em 180,8 mil milhões de euros, aumentando 3,4% face ao mês anterior. A variação mensal da dívida refletiu essencialmente as emissões no âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira (4233,4 milhões de euros, dos quais 2741,2 milhões de euros referentes à financiamento do FEEF e o restante do MEEF), de outra dívida de curto prazo não transacionável (1858 milhões de euros), a emissão líquida de BT (486,7 milhões de euros) e de CEDIC (280,5 milhões de euros).

Com impacto contrário no stock da dívida, registou-se a amortização antecipada da OT 5%Jun2012 (486,7 milhões de euros), do FRN USD Ago2012 (com um valor nominal de 161 milhões de euros), a amortização líquida de Certificados de Aforro (246 milhões de euros) e de ECP (210,8 milhões de euros).

As variações cambiais no mês contribuíram para uma redução do saldo da dívida em 122,7 milhões.

Quadro 2.8. Movimento da Dívida
(milhões de euros)

	31-dez-11	jan-12			31-jan-12
	Saldo	Emissões	Amortiz.	Outros	Saldo
Transacionável	121 670	4 395	4 758	- 33	121 273
Bilhetes do Tesouro	12 461	4 344	3 857	0	12 948
Obrigações do Tesouro	103 940	0	487	- 3	103 451
Não Transacionável	17 358	6 341	4 219	0	19 480
Cert. de Aforro e do Tesouro	12 692	68	297	0	12 464
CEDIC e CEDIM	4 074	4 109	3 825	0	4 357
Prog. de Assist. Financeira	35 862	4 233	0	- 92	40 003
Total	174 891	14 969	8 977	- 126	180 756

Fonte: IGCP.

Serviços e Fundos Autónomos

Serviços e Fundos Autónomos, excluindo o FRDP e as empresas públicas reclassificadas

Em janeiro, e na ótica da contabilidade pública, o excedente global provisório dos Serviços e Fundos Autónomos (excluindo o FRDP e as empresas públicas reclassificadas) foi de 397,1 milhões de euros, o que representa uma redução de 108,0 milhões de euros face ao período homólogo. Chama-se a atenção para o facto da comparação dos dados em contabilidade pública dos SFA ser afetada pelas alterações ao universo de entidades abrangidas, as quais se refletem nas taxas de variação apresentadas¹, bem como pela ausência de reporte de algumas entidades.

A execução orçamental, face ao período homólogo, caracterizou-se por:

- uma diminuição da receita de 8,9%, explicada principalmente pela diminuição das transferências do OE para o SNS, CGA e Ensino Superior, da União Europeia, refletindo a antecipação da transferência do FEAGA em 2011 e a ausência de reembolsos do FEADER em 2012, e de outras entidades fora das Administrações Públicas, justificada pelo efeito base em 2011 da transferência do Fundo de Pensões da PT. Esta evolução foi parcialmente compensada pelo crescimento dos impostos indiretos, em consequência do pagamento do imposto de jogos dentro do prazo pela maioria das concessionárias dos Casinos; e
- um decréscimo da despesa em 4,6%, devido à diminuição dos subsídios, explicado pelo pagamento em 2011 de ajudas aos agricultores no âmbito do FEAGA, das outras transferências de capital, em consequência da inexistência de pagamentos no âmbito do IFAP e pela redução do financiamento de projetos de investigação por parte da Fundação para a Ciência e Tecnologia, I.P., e da aquisição de bens e serviços, justificada essencialmente pelo comportamento da contratualização de serviços aos hospitais EPE pelo SNS. Com impacto no aumento da despesa, salienta-se as outras transferências, correntes, nomeadamente pelo aumento dos encargos com pensões e abonos da responsabilidade da CGA e outras entidades, e as despesas com pessoal devido à ausência de reporte, em 2011, da Administração Regional de Saúde do Norte.

Empresas públicas reclassificadas

Em janeiro, e na ótica da contabilidade pública, o excedente global das empresas públicas reclassificadas (EPR) foi de 137,3 milhões de euros. A execução é explicada, fundamentalmente:

- pelas receitas da RTP, S.A., que aumentarem em consequência da transferência de capital do OE para a amortização de passivos financeiros, pelas outras receitas correntes, cuja evolução resulta das rendas recebidas pela Parque Escolar, EPE e da contribuição para o audiovisual, cuja receita está consignada à RTP, S.A.; e
- pelo investimento, devido essencialmente à Estradas de Portugal, S.A., no âmbito das concessões rodoviárias, e ao Parque Escolar, E.P.E., justificado pelos projetos de modernização das escolas.

Serviço Nacional de Saúde (SNS)

Em janeiro, a execução financeira consolidada² provisória do SNS aponta para um saldo de 40,6 milhões de euros, o que constitui uma melhoria de 2,8 milhões de euros face ao registado no período homólogo. A execução financeira, face a 2011, caracterizou-se por:

- um decréscimo da receita em 7,4%, justificado pela redução da transferência do Orçamento do Estado no âmbito do financiamento do sistema de saúde; e
- uma diminuição da despesa em 8,3%, devido essencialmente à diminuição da despesa com subcontratos (onde se destacam as reduções observadas nos outros serviços de saúde - Hospitais E.P.E., nos outros subcontratos e nos meios complementares de diagnóstico e terapêutica) e das despesas com pessoal.

Quadro 2.10. Execução Financeira do Serviço Nacional de Saúde

	Serviço Nacional de Saúde			
	2011	2012	2011	2012
	jan		jan	
	10 ⁶ euros		VHA (%)	
Receita Cobrada	685	634	-0,2	-7,4
Transferências do Orçamento do Estado	675	627	-0,6	-7,1
Prestação de serviços	5	5	38,9	-2,0
Outras receitas	5	2	45,5	-60,4
Despesa Total	647	593	-6,2	-8,3
Despesa com pessoal	71	68	-12,3	-4,9
Subcontratos	558	510	-6,8	-8,6
Outras despesas	18	15	76,2	-14,0
Saldo Global	38	41	-	-

Fontes: Administração Central do Sistema de Saúde e DGO.

Quadro 2.11. Execução Orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos

	Serviços e Fundos Autónomos (excluindo Empresas Públicas Reclassificadas)				Empresas Públicas Reclassificadas	
	2011	2012	2011	2012	2012	
	jan		jan		dez	jan
	10 ⁶ euros		Exec. face OE corrig. (%)		VHA (%)	
					10 ⁶ euros	
					Exec. face OE corrig. (%)	
Receita Total	1979	1803	7,7	7,3	-7,9	-8,9
Contribuições p/ Seg. Social, CGA e ADSE	304	294	7,3	8,5	-5,9	-3,2
Transferências correntes das Adm. Públicas	1378	1268	8,7	8,8	-1,8	-8,8
Despesa Total	1473	1406	5,8	6,4	-3,7	-4,6
Despesa com pessoal	174	181	5,4	6,9	-9,7	4,0
Aquisição de bens e serviços	500	484	5,9	6,4	-8,7	-3,2
Transferências correntes	694	707	6,3	7,4	2,3	1,9
Saldo Global	505	397	-	-	-	-
					364	10,3
					23	5,5
					41	6,0
					22	2,7
					0	1,4
					137	-

Fonte: DGO.

¹Para mais detalhe sobre as alterações do universo dos SFA, veja-se a Caixa 2 do Relatório do Orçamento do Estado para 2012.

²Considerando a despesa efetivamente realizada e os compromissos assumidos, em consonância com o princípio de registo em base de compromissos.

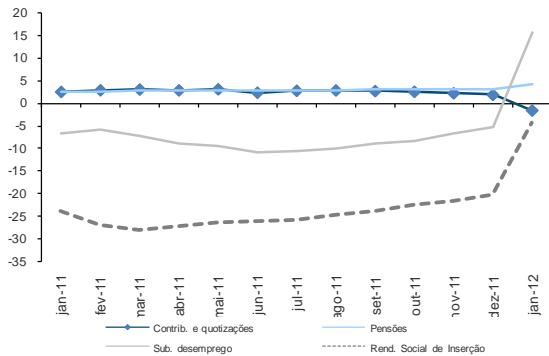
Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações

Em janeiro, o excedente da execução orçamental da Segurança Social, na ótica da contabilidade pública, foi de 228,9 milhões de euros, o que representa uma diminuição de 81,3 milhões de euros face ao mesmo período de 2011.

A execução orçamental da Segurança Social, em relação ao ano anterior, caracterizou-se por:

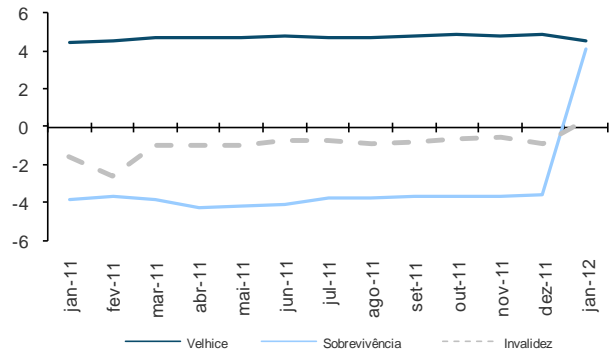
- um crescimento da receita em 1,2% em resultado da transferência corrente do OE para fazer face à despesa com pensões de velhice do Regime Substitutivo Bancário, compensada parcialmente pela diminuição das transferências do OE no âmbito da Lei de Bases da Segurança Social e das contribuições e quotizações; e
- um aumento da despesa em 6,2%, refletindo fundamentalmente ao pagamento das pensões de velhice do Regime Substitutivo Bancário, das pensões de velhice e do subsídio de desemprego e apoio ao emprego. Em sentido contrário, salienta-se a diminuição da despesa com subsídio de doença. No que respeita ao número de beneficiários, evidencia-se um acréscimo de 2,8% nas pensões de velhice da Segurança Social e de 12,6% nos subsídios de desemprego e social de desemprego, e uma diminuição de 17,7% no subsídio de doença.

Figura 2.23. Execução Orçamental da Seg. Social (VHA, em %)



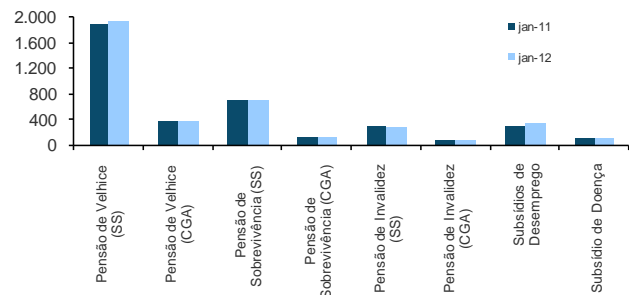
Fonte: DGO.

Figura 2.24. Despesa em Pensões da Seg. Social (VHA, em %)



Fonte: DGO.

Figura 2.25. Número de Pensões Subsídios Atribuídos (milhares, em final do mês)



Fontes: MTSS e CGA.

Em janeiro, o saldo da Caixa Geral de Aposentações (CGA), em contabilidade pública, foi de 124,8 milhões de euros, que compara com 210,1 milhões de euros no período homólogo. A receita total diminuiu 7,3%, refletindo, fundamentalmente, a diminuição das transferências do OE, da receita de capital, devido a transferência do Fundo de pensões da PT em 2011, e das quotas e contribuições para a CGA, parcialmente compensada pelo aumento da compensação por pagamento de pensões. A despesa total aumentou 4,0%, como resultado essencialmente do aumento da despesa com pensões.

Quanto ao número de beneficiários, salienta-se um acréscimo de 3,3% nas pensões de velhice e de 1,1% nas pensões de sobrevivência.

Quadro 2.12. Execução Orçamental da Segurança Social e da Caixa Geral de Aposentações

	Segurança Social						Caixa Geral de Aposentações					
	2011		2012		2011		2012		2011		2012	
	jan		jan		jan		jan		jan		jan	
	10 ⁶ euros	10 ⁶ euros	VHA	Execução face ao OE (%)	10 ⁶ euros	10 ⁶ euros	VHA	Execução face ao OE (%)	10 ⁶ euros	10 ⁶ euros	VHA	Execução face ao OE (%)
Receita Total	1 994	2 017	1,2	8,5	8,5	824	763	-7,3	8,1	9,2		
Contribuições e quotizações	1 293	1 272	-1,6	9,4	9,2	304	294	-3,2	7,1	8,5		
Transferências correntes da Adm. Central	573	611	6,7	8,2	8,9	502	467	-6,9	10,5	11,1		
Despesa Total	1 684	1 788	6,2	7,3	7,6	614	639	4,0	7,2	8,0		
Pensões	1 017	1 059	4,2	7,1	7,3	611	637	4,3	7,4	8,0		
Subsídio de Desemp. e Apoio ao Emprego	166	192	15,6	7,9	9,4	-	-	-	-	-		
Prestações e Ação Social	349	338	-3,3	8,3	7,8	-	-	-	-	-		
Saldo Global	310	229	-	-	-	210	125	-	-	-		

Fontes: DGO e GPEARl.

Administração Central e Segurança Social

Em janeiro, o saldo global provisório da Administração Central e Segurança Social incluindo as empresas públicas reclassificadas (EPR) foi de 327,4 milhões de euros. Excluindo as EPR, o saldo foi de 190,1 milhões de euros, o que representa uma melhoria de 116,9 milhões de euros, para a qual contribuiu o comportamento do saldo do Estado, dado que os FSA e a Segurança Social reduziram os seus excedentes em 108,0 e 81,3 milhões de euros, respetivamente.

Administrações Local e Regional

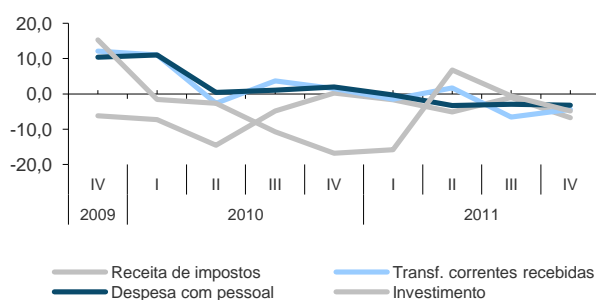
Administração Local

Em 2011, e na ótica da contabilidade pública, o saldo provisório da execução orçamental da Administração Local foi de 196,1 milhões de euros, o que corresponde a uma melhoria 136,4 milhões de euros, considerando o mesmo universo.

A execução orçamental da Administração Local, face ao período homólogo de 2010, caracterizou-se por:

- um decréscimo da receita total em 0,8%, tendo contribuído para esta evolução, principalmente, o comportamento das transferências correntes no âmbito da Lei de Finanças Locais, a receita do imposto municipal sobre transmissões e a venda de bens de investimento. Com um comportamento inverso, realça-se o crescimento das transferências de capital do resto do mundo e o imposto municipal sobre imóveis; e
- um decréscimo da despesa total em 2,8%, refletindo, especialmente, a diminuição das despesas de capital e das despesas com pessoal. Em sentido contrário, apenas a despesa com bens e serviços e os juros e outros encargos da dívida apresentaram variações positivas.

Figura 2.26. Execução Orçamental da Administração Local – principais componentes
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

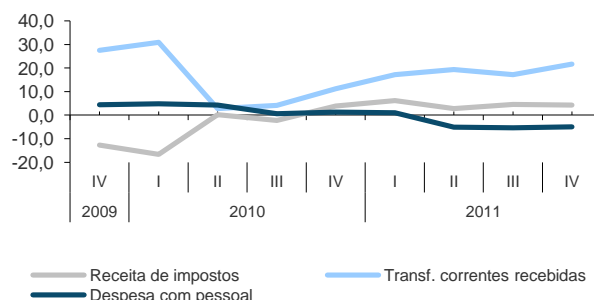
Administração Regional

Em 2011, e na ótica da contabilidade pública, o défice orçamental da Administração Regional situou-se nos 19,1 milhões de euros, o que representa uma melhoria de 112,3 milhões de euros face a 2010. Este comportamento deveu-se à melhoria dos saldos orçamentais registados em ambas as Regiões Autónomas, de 79,2 milhões de euros na Região Autónoma da Madeira e 33,1 milhões de euros na Região Autónoma dos Açores.

A execução orçamental da Administração Regional, face a 2010, caracterizou-se por:

- uma diminuição da receita total em 1,5%, devido, sobretudo, à diminuição das transferências de capital do OE, da venda de bens de investimento e dos impostos diretos. Em sentido contrário, salienta-se o crescimento das transferências correntes do OE, dos impostos indiretos e das transferências de capital do resto do mundo; e
- um decréscimo da despesa total em 6,3%, refletindo, essencialmente, o comportamento da aquisição de bens de capital, das despesas com pessoal, da aquisição de bens de capital e das transferências de capital para outros subsetores das Administrações Públicas. O comportamento das transferências correntes e dos juros e outros encargos da dívida compensaram parcialmente a evolução da despesa.

Figura 2.27. Execução Orçamental da Administração Regional – principais componentes
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

Quadro 2.13. Execução Orçamental das Administrações Local e Regional

	Administração Local*				Administração Regional			
	2010	2011	2011	2011	2010	2011	2011	2011
	jan a dez		jan a dez		jan a dez		jan a dez	
	10 ⁶ euros		VHA (%)		10 ⁶ euros		VHA (%)	
Receita total	7 122	7 062	1,0	-0,8	2 145	1 512	7,1	-1,5
Impostos	2 289	2 200	-1,0	-3,9	1 158	824	6,2	1,0
Transferências correntes	2 145	2 062	-6,6	-3,9	416	392	17,2	8,9
Despesa total	7 062	6 866	-0,5	-2,8	2 276	1 530	5,9	-6,3
Pessoal	2 384	2 299	-3,0	-3,6	797	549	1,1	-4,0
Aquisição de bens e serviços	1 677	1 730	2,9	3,2	377	220	21,3	-8,0
Transferências correntes	482	462	-0,6	-4,2	527	403	6,4	1,9
Investimento	1 732	1 621	-0,6	-6,4	255	137	8,7	-28,3
Saldo global	60	196	-	-	- 131	- 19	-	-

Fonte: DGO.

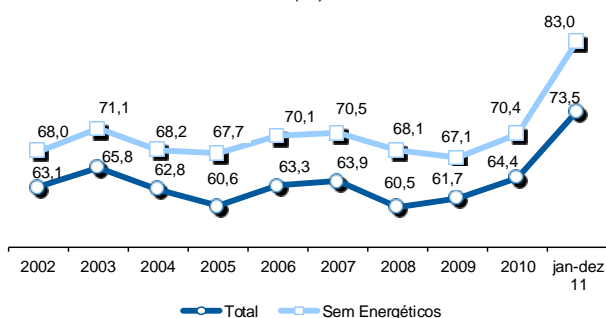
Nota: * Os valores da AL para 2010 referem-se ao Universo Comparável.

3. Comércio Internacional ^[1]

Evolução global ^[2]

De acordo com os resultados preliminares divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística, em 2011 as exportações de mercadorias cresceram 15,2% enquanto as importações cresceram 1% ^[3]. Neste ano, o défice da balança comercial (fob/cif) recuperou 24,8%. *Excluindo os produtos energéticos*, as exportações cresceram 14,6% enquanto as importações registaram uma variação homóloga negativa de 2,9% (Quadro 3.1).

Figura 3.1. Evolução da Taxa de Cobertura (fob/cif) das Importações pelas Exportações de Mercadorias (%)



Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Quadro 3.1. Evolução da Balança Comercial (valores acumulados)

Intra + Extra-UE (milhões de Euros)	janeiro a dezembro			VH	
	2010	2011	VH	Últimos 3 meses	Últimos 12 meses
Exportações (fob)	36.762	42.367	15,2	12,4	15,2
Importações (cif)	57.053	57.616	1,0	-10,5	1,0
(fob)	54.366	54.902	1,0	-10,5	1,0
Saldo (fob-cif)	-20.291	-15.249	-24,8	-49,9	-24,8
(fob-fob)	-17.604	-12.535	-28,8	-55,7	-28,8
Cobertura (fob/cif)	64,4	73,5	-	-	-
(fob/fob)	67,6	77,2	-	-	-
Sem energéticos:					
Exportações (fob)	34.297	39.297	14,6	9,2	14,6
Importações (cif)	48.726	47.328	-2,9	-15,0	-2,9
(fob)	46.431	45.099	-2,9	-15,0	-2,9
Saldo (fob-cif)	-14.429	-8.031	-44,3	-70,1	-44,3
(fob-fob)	-12.134	-5.802	-52,2	-80,2	-52,2
Cobertura (fob/cif)	70,4	83,0	-	-	-
(fob/fob)	73,9	87,1	-	-	-
Extra-UE					
(milhões de Euros)					
Exportações (fob)	9.189	10.988	19,6	26,5	19,6
Importações (cif)	13.849	15.577	12,5	3,9	12,5
(fob)	13.196	14.843	12,5	3,9	12,5
Saldo (fob-cif)	-4.660	-4.589	-1,5	-52,1	-1,5
(fob-fob)	-4.007	-3.855	-3,8	-63,1	-3,8
Cobertura (fob/cif)	66,4	70,5	-	-	-
(fob/fob)	69,6	74,0	-	-	-

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Factor de conversão cif-fob utilizado para 2008, 2009, 2010 e 2011: 0.9529.

[1] Informação mais desagregada pode ser consultada em www.gee.min-economia.pt ("Síntese Estatística do Comércio Internacional, nº2/2012").

[2] Os dados de base do comércio internacional (Intra e Extra UE) divulgados para o mês de dezembro de 2011 correspondem a uma versão preliminar. Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas (valor das transações das empresas para as quais o INE não recebeu ainda informação) assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação (valor anual das operações intracomunitárias abaixo do qual os operadores são dispensados da declaração periódica estatística Intrastat, limitando-se à entrega da declaração periódica fiscal: no caso de Portugal, 200 mil euros para as importações da UE e 250 mil para as exportações para a UE, em 2011). Por outro lado, a atual metodologia considera, para além do confronto regular entre as declarações Intrastat e do IVA, a comparação com os dados com a IES.

[3] Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Em 2011, e como resultado do desempenho favorável das exportações e das importações, a taxa de cobertura das importações pelas exportações cresceu 9,1 p.p., passando as exportações a representar 73,5% das importações. *Excluindo os produtos energéticos*, as exportações passaram a representar 83% das importações (+12,6 p.p. relativamente ao ano transato).

Quadro 3.2. Balança Comercial: janeiro a dezembro

janeiro a dezembro	Valores em milhões de Euros		
	2010	2011	TVH
Intra+Extra UE			
Exportações (fob)	36 762	42 367	15,2
Importações (cif)	57 053	57 616	1,0
Saldo (fob-cif)	- 20 291	- 15 249	-24,8
Cobertura (fob/cif)	64,4	73,5	-
Intra UE			
Exportações (fob)	27 573	31 379	13,8
Importações (cif)	43 204	42 039	-2,7
Saldo (fob-cif)	- 15 631	- 10 660	-31,8
Cobertura (fob/cif)	63,8	74,6	-
Extra UE			
Exportações (fob)	9 189	10 988	19,6
Importações (cif)	13 849	15 577	12,5
Saldo (fob-cif)	- 4 660	- 4 589	-1,5
Cobertura (fob/cif)	66,4	70,5	-

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (nova série 1993-2009; versão provisória para 2010 e preliminar para 2011). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Nota:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Durante todo o ano de 2011, e com exceção do mês de dezembro (+4,4%), as exportações registaram taxas de crescimento homólogo (mensal) superiores a 10%. As importações registaram taxas de variação homóloga mensais negativas no mês de junho (-16,9%) e nos últimos três meses do ano (Quadro 3.3).

Quadro 3.3. Evolução Mensal e Trimestral

Intra+Extra UE (milhões de Euros)	IMPORTAÇÕES (Cif)			EXPORTAÇÕES (Fob)		
	2010	2011	TVH	2010	2011	TVH
jan	4 014	4 453	10,9	2 608	3 121	19,7
fev	4 230	4 636	9,6	2 719	3 314	21,9
mar	5 029	5 475	8,9	3 333	3 779	13,4
abr	4 485	5 010	11,7	2 962	3 441	16,2
mai	4 679	5 438	16,2	3 048	3 701	21,4
jun	5 544	4 607	-16,9	3 137	3 588	14,4
jul	4 645	4 906	5,6	3 402	3 777	11,0
ago	4 177	4 234	1,4	2 512	2 924	16,4
set	4 884	5 100	4,4	3 314	3 792	14,4
out	5 082	4 722	-7,1	3 267	3 799	16,3
nov	5 095	4 723	-7,3	3 327	3 862	16,1
dez	5 190	4 310	-16,9	3 133	3 269	4,4
1º Trim	13 273	14 565	9,7	8 659	10 213	17,9
2º Trim	14 708	15 055	2,4	9 148	10 730	17,3
3º Trim	13 706	14 241	3,9	9 228	10 493	13,7
4º Trim	15 367	13 756	-10,5	9 727	10 931	12,4

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Nota:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Exportações de Mercadorias

Em 2011, as exportações de mercadorias cresceram, em termos homólogos, 15,2%. *Excluindo os produtos energéticos*, as exportações cresceram 14,6%.

À semelhança do comportamento registado nos últimos meses de 2011, todos os grupos de produtos contribuíram positivamente para o crescimento das exportações anuais de mercadorias, destacando-se os produtos relativos ao “Material de Transporte” (+2,9 p.p.), aos “Químicos” e aos “Minérios e Metais” (ambos com contributos de 2,6 p.p.). O grupo das “Máquinas” foi aquele que mais peso teve na estrutura das exportações de mercadorias (14,5%), seguindo-se o “Material de Transporte” (13,3% das exportações totais de mercadorias).

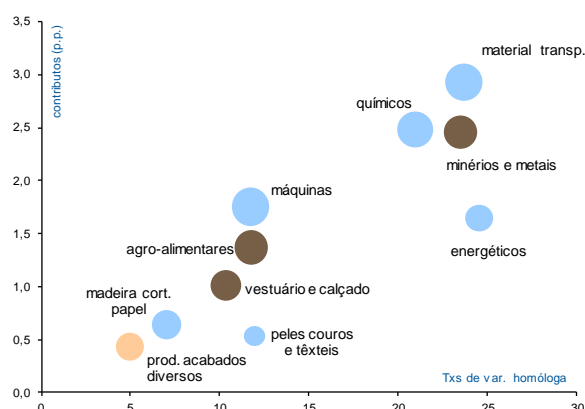
A Figura 3.2 apresenta os contributos dos diversos grupos de produtos para o crescimento das exportações no último ano.

Pela sua análise e dos valores que constam no Quadro 3.4 conclui-se que, no período em análise, todos os grupos de produtos contribuíram positivamente para o crescimento das exportações de mercadorias (+15,2%), registando, conseqüentemente, taxas de variação homóloga positivas. (Quadros 3.1 e 3.4).

De referir, ainda, os contributos dos grupos de produtos “Máquinas”, “Energéticos” e “Agroalimentares” para o crescimento das exportações de mercadorias em 2011 (contributos de 1,8 p.p., 1,6 p.p. e 1,4 p.p., respetivamente).

Figura 3.2. Contributos para o Crescimento das Exportações por Grupos de Produtos (p.p.)

Últimos 12 meses a terminar em dezembro de 2011
(Total: 15,2%)



Fonte: Quadro 3.4. Exportações de Mercadorias por Grupos de Produtos.

Nota:
A dimensão dos círculos representa o peso relativo de cada grupo de produtos no total das exportações no período em análise.

Quadro 3.4. Exportações * de Mercadorias por Grupos de Produtos (Fob)

Grupos de Produtos	Milhões de Euros jan-dez		Estrutura (%)				Tax. variação e contributos			
			Anual		jan-dez		últimos 12 meses [1]		jan-dez	
	2010	2011	2005	2010	2010	2011	VH	contrib. p.p.[2]	VH	contrib. p.p.[2]
Total das Exportações	36 762	42 367	100,0	100,0	100,0	100,0	15,2	15,2	15,2	15,2
000 Agro-Alimentares	4 288	4 791	8,7	11,7	11,7	11,3	11,7	1,4	11,7	1,4
100 Energéticos	2 465	3 070	4,1	6,7	6,7	7,2	24,5	16	24,5	16
200 Químicos	4 367	5 280	10,5	11,9	11,9	12,5	20,9	2,5	20,9	2,5
300 Madeira, Cortiça e Papel	3 367	3 604	8,9	9,2	9,2	8,5	7,0	0,6	7,0	0,6
400 Peles, Couros e Têxteis	1 636	1 831	5,3	4,4	4,4	4,3	12,0	0,5	12,0	0,5
500 Vestuário e Calçado	3 595	3 966	12,4	9,8	9,8	9,4	10,3	1,0	10,3	1,0
600 Minérios e Metais	3 846	4 748	9,1	10,5	10,5	11,2	23,5	2,5	23,5	2,5
700 Máquinas	5 495	6 139	19,4	14,9	14,9	14,5	11,7	1,8	11,7	1,8
800 Material de Transporte	4 546	5 623	13,9	12,4	12,4	13,3	23,7	2,9	23,7	2,9
900 Produtos Acabados Diversos	3 157	3 315	7,7	8,6	8,6	7,8	5,0	0,4	5,0	0,4
Por memória:										
Total sem energéticos	34 297	39 297	95,9	93,3	93,3	92,8	14,6	13,6	14,6	13,6

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros.

[1] $(\text{jan } 11 - \text{dez } 11) / (\text{jan } 10 - \text{dez } 10) \times 100 - 100$

[2] Contributos para a taxa de crescimento das exportações - análise shift-share: $(\text{TVH}) \times (\text{peso no período homólogo anterior}) = 100$.

Em 2011, as exportações para a UE cresceram 13,8% relativamente a 2010. As exportações com destino aos países da UE-15 cresceram a uma taxa de 13,7% (menos 0,1 p.p.), enquanto as exportações com destino aos Países do Alargamento cresceram 15,5%. As exportações para países terceiros registaram um crescimento anual relativamente superior (19,6%) (Quadro 3.5). As exportações de mercadorias para a UE foram as que mais contribuíram para o crescimento das exportações em 2011 (+10,4 p.p.). O contributo das exportações para os países terceiros foi de 4,9 p.p.

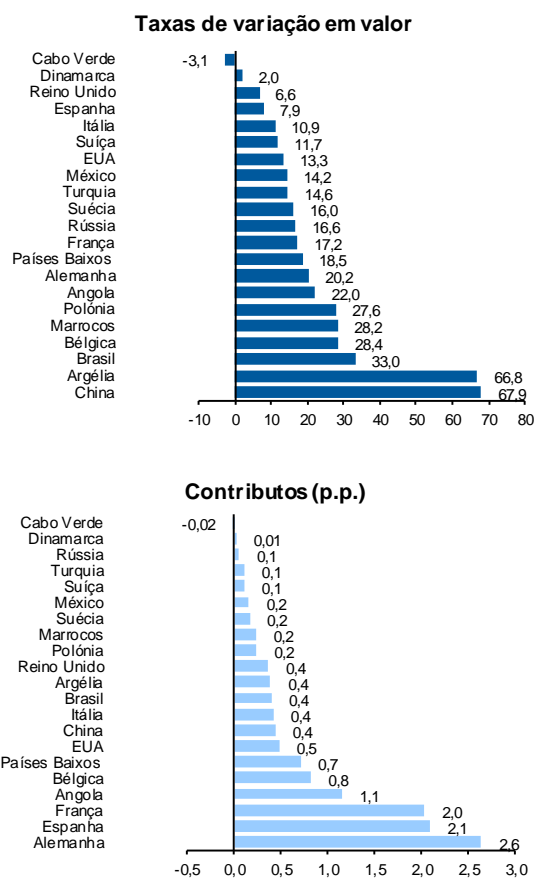
As exportações de mercadorias para a Alemanha e para a Espanha foram as que mais contribuíram para o crescimento das exportações (+2,6 p.p. e 2,1 p.p., respetivamente). As exportações de mercadorias para a França e para o Reino Unido cresceram, em termos homólogos, 17,2% e 6,6%, respetivamente.

A Espanha continuou a ser o principal mercado de destino das exportações em 2011 (24,8 % do total), apesar do seu peso relativo se ter reduzido em -1,7 p.p. relativamente a 2010.

Entre os países terceiros, destaca-se a variação homóloga positiva das exportações para China (+67,9%), Argélia (66,8%) e Brasil (+33%). Embora com um reduzido contributo, refira-se o decréscimo das exportações para Cabo Verde (-3,1%) em 2011 (Figura 3.3).

Figura 3.3. Taxas de Crescimento das Exportações para uma Seleção de Mercados e Contributos

Últimos 12 meses a terminar em dezembro de 2011



Fonte: Quadro 3.5. Evolução das Exportações de Mercadorias com destino a uma Seleção de Mercados

Quadro 3.5. Evolução das Exportações de Mercadorias com Destino a uma Seleção de Mercados

Destino	Intra + Extra-UE (Fob)		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos [2]				
	jan-dez		anual		jan-dez		média anual 05-10*	12 meses [1]		jan-dez	
	2010	2011	2005	2010	2010	2011		VH	contrib. p.p.[2]	VH	contrib. p.p.[2]
TOTAL	36 762	42 367	100,0	100,0	100,0	100,0	3,4	15,2	15,2	15,2	15,2
Intra UE-27	27 573	31 379	80,3	75,0	75,0	74,1	2,0	13,8	10,4	13,8	10,4
dos quais:											
UE-15	26 440	30 071	78,4	71,9	71,9	71,0	1,6	13,7	9,9	13,7	9,9
Espanha	9 761	10 527	27,6	26,6	26,6	24,8	1,6	7,9	2,1	7,9	2,1
Alemanha	4 785	5 754	12,5	13,0	13,0	13,6	4,3	20,2	2,6	20,2	2,6
França	4 338	5 084	13,5	11,8	11,8	12,0	0,6	17,2	2,0	17,2	2,0
R.Unido	2 014	2 148	8,3	5,5	5,5	5,1	-4,8	6,6	0,4	6,6	0,4
P.Baixos	1 404	1 663	4,0	3,8	3,8	3,9	2,4	18,5	0,7	18,5	0,7
Itália	1 394	1 546	4,4	3,8	3,8	3,6	0,6	10,9	0,4	10,9	0,4
Bélgica	1 056	1 356	3,9	2,9	2,9	3,2	-2,9	28,4	0,8	28,4	0,8
Suécia	374	435	1,1	1,0	1,0	1,0	1,4	16,0	0,2	16,0	0,2
Dinamarca	259	264	0,8	0,7	0,7	0,6	0,4	2,0	0,0	2,0	0,0
Alargamento	1 133	1 308	1,8	3,1	3,1	3,1	14,6	15,5	0,5	15,5	0,5
Polónia	317	405	0,5	0,9	0,9	1,0	13,3	27,6	0,2	27,6	0,2
Extra UE-27	9 189	10 988	19,7	25,0	25,0	25,9	8,4	19,6	4,9	19,6	4,9
dos quais:											
Angola	1 915	2 337	2,6	5,2	5,2	5,5	19,0	22,0	1,1	22,0	1,1
EUA	1 327	1 503	5,3	3,6	3,6	3,5	-4,3	13,3	0,5	13,3	0,5
Brasil	440	586	0,6	1,2	1,2	1,4	19,8	33,0	0,4	33,0	0,4
México	405	462	0,3	1,1	1,1	1,1	36,2	14,2	0,2	14,2	0,2
Suíça	333	372	0,8	0,9	0,9	0,9	5,7	11,7	0,1	11,7	0,1
Marrocos	302	388	0,4	0,8	0,8	0,9	18,2	28,2	0,2	28,2	0,2
Turquia	267	306	0,7	0,7	0,7	0,7	3,0	14,6	0,1	14,6	0,1
Cabo Verde	263	255	0,5	0,7	0,7	0,6	12,1	-3,1	0,0	-3,1	0,0
China	235	395	0,5	0,6	0,6	0,9	6,6	67,9	0,4	67,9	0,4
Argélia	215	359	0,2	0,6	0,6	0,8	31,3	66,8	0,4	66,8	0,4
Por memória:											
Gibraltar	206	247	0,1	0,6	0,6	0,6	62,7	20,1	0,1	20,1	0,1
PALOP	2 415	2 921	3,4	6,6	6,6	6,9	17,8	21,0	1,4	21,0	1,4
EFTA	420	467	1,1	1,1	1,1	1,1	3,4	11,2	0,1	11,2	0,1

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros.

Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2010.

[1] $(\text{jan } 11 - \text{dez } 11) / (\text{jan } 10 - \text{dez } 10) \times 100 - 100$

[2] Contributos para a taxa de crescimento das exportações - análise shift-share: $(\text{TVH}) \times (\text{peso no período homólogo anterior}) \pm 100$.

Importações de Mercadorias

Em 2011, as importações de mercadorias registaram uma variação homóloga anual positiva de 1% (Quadro 3.6).

No período em análise, as importações de produtos “Energéticos” (+3,4 p.p.) e “Agro alimentares” (+1,4 p.p.) foram as que mais contribuíram para o crescimento das importações.

O comportamento negativo das importações dos grupos de produtos “Material de Transporte”, “Máquinas” e “Produtos Acabados diversos” justificaram o menor crescimento das importações em 2011, na medida em que estes grupos contribuíram negativamente (-3,4 p.p., -1,2 p.p. e -0,7 p.p., respetivamente) para o crescimento das importações.

O UE-27 continuou a ser o principal *mercado de origem* das importações, tendo representado 73% das importações totais de mercadorias em 2011.

Das importações totais de 2011, 31,6% foram provenientes de Espanha.

Em 2011, as *importações de mercadorias provenientes do mercado comunitário* decresceram, em termos homólogos, 2,7%, sendo que as provenientes dos países da UE-15 diminuíram 3%. Em sentido oposto, as importações provenientes dos países do Alargamento cresceram 5,4%. À exceção da Espanha (+0,7 p.p.) e da Irlanda (+0,1 p.p.), todos os países da UE-15 registaram contributos (negativos) que justificaram o decréscimo das respetivas importações.

As *importações de mercadorias provenientes de países terceiros* cresceram 12,5% em termos homólogos. Destacam-se as importações provenientes da Nigéria, da China e do Brasil que representaram, respetivamente, 2,7%, 2,6% e 2,5% do total das importações de mercadorias. As importações provenientes de Angola (+109%) e da Arábia Saudita (+73,4%) foram as que registaram maior crescimento homólogo.

Quadro 3.6. Importações de Mercadorias por Grupos de Produtos e sua Distribuição por uma Seleção de Mercados

Grupos de Produtos	10 ⁶ Euros (Cif)		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos [2]			
	jan-dez		Anual		jan-dez		12 meses [1]		jan-dez	
	2010	2011	2005	2010	2010	2011	VH	contrib. p.p.[2]	VH	contrib. p.p.[2]
TOTAL DAS IMPORTAÇÕES	57 053	57 616	100,0	100,0	100,0	100,0	1,0	1,0	1,0	1,0
Grupos de Produtos										
000-Agro-Alimentares	7 876	8 697	11,9	13,8	13,8	15,1	10,4	1,4	10,4	1,4
100-Energéticos	8 327	10 288	14,1	14,6	14,6	17,9	23,5	3,4	23,5	3,4
200-Químicos	8 652	9 186	13,3	15,2	15,2	15,9	6,2	0,9	6,2	0,9
300-Peles, Mad, Cortiça e Papel	2 595	2 648	4,7	4,6	4,5	4,6	2,1	0,1	2,1	0,1
400-Têxteis, Vestuário e Calçado	3 864	3 911	6,8	6,8	6,8	6,8	1,2	0,1	1,2	0,1
500-Minérios e Metais	4 871	5 066	9,2	8,5	8,5	8,8	4,0	0,3	4,0	0,3
600-Máquinas [3]	9 370	8 669	20,5	16,4	16,4	15,0	-7,5	-1,2	-7,5	-1,2
700-Material de Transporte [4]	8 036	6 109	13,5	14,1	14,1	10,6	-24,0	-3,4	-24,0	-3,4
800-Prod. Acabados Diversos	3 461	3 042	6,0	5,9	6,1	5,3	-12,1	-0,7	-12,1	-0,7
Total sem energéticos	48 726	47 328	85,9	85,4	85,4	82,1	-2,9	-2,4	-2,9	-2,4
Mercados de origem										
Intra UE-27	43 205	42 039	77,6	75,7	75,7	73,0	-2,7	-2,0	-2,7	-2,0
dos quais:										
UE-15	41 875	40 638	75,8	73,4	73,4	70,5	-3,0	-2,2	-3,0	-2,2
Espanha	17 809	18 204	30,7	31,2	31,2	31,6	2,2	0,7	2,2	0,7
Alemanha	7 913	7 120	14,4	13,9	13,9	12,4	-10,0	-1,4	-10,0	-1,4
França	4 138	3 955	8,7	7,3	7,3	6,9	-4,4	-0,3	-4,4	-0,3
Itália	3 245	3 084	5,9	5,7	5,7	5,4	-5,0	-0,3	-5,0	-0,3
Países Baixos	2 932	2 747	4,5	5,1	5,1	4,8	-6,3	-0,3	-6,3	-0,3
Reino Unido	2 153	1 920	4,3	3,8	3,8	3,3	-10,8	-0,4	-10,8	-0,4
Bélgica	1 626	1 507	2,9	2,9	2,9	2,6	-7,3	-0,2	-7,3	-0,2
Suécia	589	608	1,1	1,0	1,0	1,1	3,3	0,0	3,3	0,0
Irlanda	548	604	0,9	1,0	1,0	1,0	10,2	0,1	10,2	0,1
Alargamento	1 329	1 401	1,8	2,3	2,3	2,4	5,4	0,1	5,4	0,1
Extra UE-27	13 849	15 577	22,4	24,3	24,3	27,0	12,5	3,0	12,5	3,0
dos quais:										
China	1 576	1 499	1,1	2,8	2,8	2,6	-4,9	-0,1	-4,9	-0,1
Nigéria	1 377	1 529	1,9	2,4	2,4	2,7	11,0	0,3	11,0	0,3
Brasil	1 046	1 460	1,9	1,8	1,8	2,5	39,5	0,7	39,5	0,7
EUA	843	1 098	2,1	1,5	1,5	1,9	30,2	0,4	30,2	0,4
Líbia	738	14	0,6	1,3	1,3	0,0	-98,2	-1,3	-98,2	-1,3
Cazaquistão	640	854	0,5	1,1	1,1	1,5	33,4	0,4	33,4	0,4
Angola	563	1 177	0,0	1,0	1,0	2,0	109,0	1,1	109,0	1,1
Noruega	530	416	1,0	0,9	0,9	0,7	-21,5	-0,2	-21,5	-0,2
Arábia Saudita	527	914	0,8	0,9	0,9	1,6	73,4	0,7	73,4	0,7
Rússia	413	563	0,7	0,7	0,7	1,0	36,1	0,3	36,1	0,3
Índia	411	467	0,4	0,7	0,7	0,8	13,7	0,1	13,7	0,1
Suíça	370	365	0,6	0,6	0,6	0,6	-1,4	0,0	-1,4	0,0
Japão	363	341	1,1	0,6	0,6	0,6	-6,1	0,0	-6,1	0,0
OPEP[5]	3 818	4 611	6,4	6,7	6,7	8,0	20,8	1,4	20,8	1,4
EFTA	914	801	1,7	1,6	1,6	1,4	-12,4	-0,2	-12,4	-0,2
PALOP	601	1 230	0,1	1,1	1,1	2,1	104,7	1,1	104,7	1,1

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Importações: somatório das importações de mercadorias provenientes da UE com as importações de Países Terceiros.

Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2010.

[1] $(\text{jan } 11 - \text{dez } 11) / (\text{jan } 10 - \text{dez } 10) \times 100 - 100$

[2] Contributos para a taxa de crescimento das importações - análise shift-share: $(\text{TVH}) \times (\text{peso no período homólogo anterior}) \div 100$.

[3] Não inclui tractores.

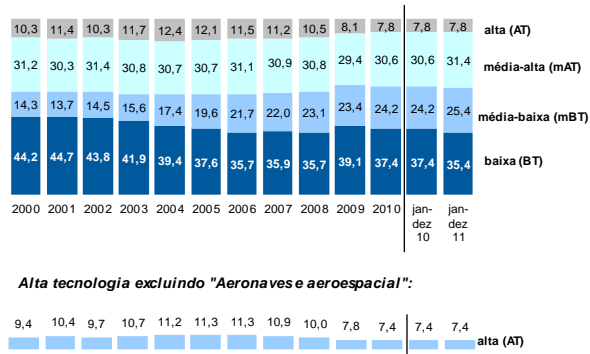
[4] Inclui tractores.

[5] Inclui Angola.

Comércio Internacional Português por grau de Intensidade Tecnológica

As exportações de produtos industriais transformados cresceram, em termos homólogos, 15,7% em 2011. As exportações de produtos de *média intensidade tecnológica* continuaram a representar mais de metade do total das exportações destes produtos (56,8%), sendo os produtos de média baixa tecnologia aqueles cujas exportações registaram o maior crescimento homólogo (21,7%) (Figura 3.4 e Quadro 3.7).¹

Figura 3.4. Exportações de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica



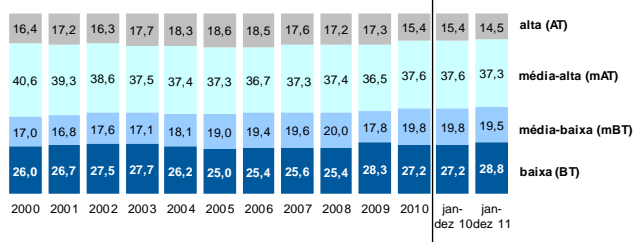
Fonte: Quadro 3.7. Exportações e Importações de Produtos Industriais Transformados, por grau de intensidade tecnológica.

As exportações de produtos de média alta intensidade tecnológica também foram as que mais contribuíram para o aumento homólogo das exportações de produtos industriais transformados em 2011 (+5,7 p.p.).

As exportações dos produtos de *baixa intensidade tecnológica* contribuíram com 3,5 p.p. para o crescimento das exportações de produtos industriais transformados.

As importações de produtos industriais transformados decresceram, em termos homólogos, 2,5%. Neste caso, os produtos de média alta tecnologia foram os que mais contribuíram para a redução das importações deste tipo de produtos (-1,3 p.p.).

Figura 3.5. Importações de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica



Fonte: Quadro 3.7. Exportações e Importações de Produtos Industriais Transformados, por grau de intensidade tecnológica.

Quadro 3.7. Exportações e Importações* de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica

Intensidade Tecnológica	Valores em 1000 Euros											
	2010	janeiro a dezembro		Taxas variação (%)			% total prod. indust. transf.				Contributos ^[1] (p.p.)	
		2010	2011	média 2005-10	2010/09	jan-dez 2011/10	2009	2010	jan-dez		2010	jan-dez 2011
		2010	2011			2009	2010	2010	2011			
EXPORTAÇÕES												
Total dos prod. indust. transformados	34 496 078	34 496 078	39 924 382	3,0	15,1	15,7	100,0	100,0	100,0	100,0	15,1	15,7
Alta tecnologia	2 686 060	2 686 060	3 113 442	-5,8	10,2	15,9	8,1	7,8	7,8	7,8	0,8	12
- Sem Aeronáutica e aeroespacial [2]	2 538 850	2 538 850	2 925 093	-5,3	8,3	15,2	7,8	7,4	7,4	7,4	0,7	1,1
Média-alta tecnologia	10 550 318	10 550 318	12 518 693	2,9	19,8	18,7	29,4	30,6	30,6	31,4	5,8	5,7
Média-baixa tecnologia	8 344 929	8 344 929	10 157 719	7,4	18,8	21,7	23,4	24,2	24,2	25,4	4,4	5,3
Baixa tecnologia	12 914 771	12 914 771	14 134 528	2,9	10,3	9,4	39,1	37,4	37,4	35,4	4,0	3,5
<i>Por memória:</i>												
Total das Exportações	36 762 238	36 762 238	42 367 079	3,4	16,0	15,2	100,0	100,0	100,0	100,0	16,0	15,2
Residual [3]	2 266 160	2 266 160	2 442 696	11,0	32,1	7,8	5,4	6,2	6,2	5,8	1,7	0,5
IMPORTAÇÕES												
Total dos prod. indust. transformados	47 097 923	47 097 923	45 910 589	1,7	8,3	-2,5	100,0	100,0	100,0	100,0	8,3	-2,5
Alta tecnologia	7 232 366	7 232 366	6 648 567	-2,1	-4,1	-8,1	17,3	15,4	15,4	14,5	-0,6	-12
- Sem Aeronáutica e aeroespacial [2]	6 887 619	6 887 619	6 418 917	-1,3	0,2	-6,8	16,1	14,7	14,7	14,1	0,0	-10
Média-alta tecnologia	17 715 298	17 715 298	17 102 189	1,9	11,5	-3,5	36,5	37,6	37,6	37,3	4,3	-13
Média-baixa tecnologia	9 336 281	9 336 281	8 930 426	2,6	20,6	-4,3	17,8	19,8	19,8	19,5	4,1	-0,9
Baixa tecnologia	12 813 977	12 813 977	13 229 407	3,5	4,0	3,2	28,3	27,2	27,2	28,8	1,1	0,9
<i>Por memória:</i>												
Total das Importações	57 053 115	57 053 115	57 616 094	2,1	11,0	1,0	100,0	100,0	100,0	100,0	11,0	1,0
Residual [3]	9 955 192	9 955 192	11 705 505	4,0	26,2	17,6	15,4	17,4	17,4	20,3	4,6	3,1

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

[1] Contributos para a taxa de crescimento das Exportações/Importações de produtos industriais transformados, em pontos percentuais – análise shift-share: (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

[2] Os dados referentes aos produtos de AT não são directamente comparáveis para os anos de 2004 e 2005 uma vez que, a partir de 1 de Janeiro de 2005, as reparações e manutenção de aeronaves provenientes dos países comunitários passaram a ser contabilizadas na balança de Serviços. O mesmo sucede para os dados de 2005 e 2006, na medida em que, a partir de 1 de Janeiro de 2006, o mesmo tratamento foi aplicado às aeronaves provenientes dos países terceiros.

[3] Total das Exportações (Importações) – Exportações (Importações) de produtos industriais transformados.

¹Os dados anuais apresentados nas figuras 3.4 e 3.5 foram extraídos da nova série do comércio internacional (1993-2009), que inclui estimativas para as empresas abaixo dos limiares de assimilação e para as não respostas.

Comércio Internacional de Bens e Serviços

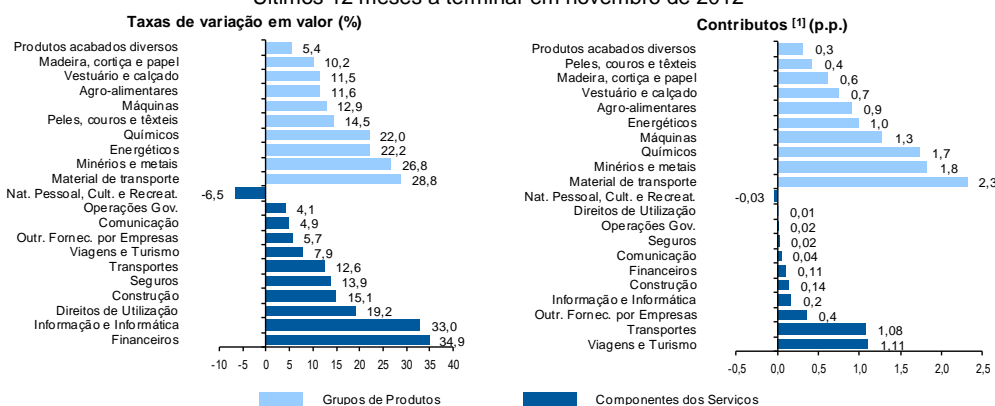
De acordo com os dados divulgados para a Balança de Pagamentos para o mês de novembro de 2011, as “Exportações” (crédito) de Bens e Serviços cresceram, nos primeiros onze meses de 2011, 13,8%, em termos homólogos. A componente dos Bens continuou a ser aquela que mais contribuiu para o crescimento das “exportações” totais (10,8 p.p.).

Entre janeiro e novembro de 2011, a componente dos Serviços representou 31% do total das “Exportações” e contribuiu com 3 p.p. para o crescimento das Exportações (créditos). No que se refere às Importações (débitos) o seu peso no total foi de 16,9% e o seu contributo muito menos expressivo (+0,9 p.p.) (Quadro 3.8).

No painel esquerdo da Figura 3.6 compara-se o crescimento homólogo das diferentes categorias de Bens e de Serviços no último ano a terminar em novembro de 2011, com base em dados do INE para as “exportações” de Bens (Grupos de Produtos) e do Banco de Portugal para as “exportações” de Serviços. O painel direito mostra os contributos para a taxa de crescimento das “exportações” de Bens e Serviços.

Neste período continuou a destacar-se o contributo positivo do Material de Transporte (+2,2 p.p.). Na componente dos serviços, de destacar os contributos dos serviços inscritos nas rubricas de Viagens e Turismo e de Transportes (+1,11 p.p. e +1,08 p.p., respetivamente).

Figura 3.6. Taxas de Crescimento das "Exportações" de Bens e Serviços e Contributos das Componentes
Últimos 12 meses a terminar em novembro de 2012



Fonte: Cálculos do GEE com base em dados do Banco de Portugal, para as Exportações de bens e serviços, e do INE, para o cálculo da estrutura das exportações de Bens. A distribuição do contributo das Exportações de Bens (dados da Balança de Pagamentos, banco de Portugal) pelos grupos de produtos segue a estrutura implícita na base de dados do Comércio Internacional do INE para as Exportações de Bens (somatório das Exportações de mercadorias para a UE com as Exportações para Países Terceiros).
[1] Contributos - análise shift-share: $TVH \times \text{Peso no período homólogo anterior} \div 100$. O somatório corresponde à TVH das Exportações de Bens e Serviços nos últimos 12 meses, de acordo com as estatísticas da Balança de Pagamentos do Banco de Portugal (14,1%).

Quadro 3.8. Comércio Internacional de Bens e Serviços (Componentes dos Serviços)

	Valores em milhões de Euros											
	janeiro a novembro		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos					
	2010	2011	Anual		janeiro a novembro		média anual	12 meses [2]		janeiro a novembro		
		2005	2010	2010	2011	05-10	VH	contrib. p.p. [1]	VH	contrib. p.p. [1]		
CRÉDITO (Exportações)												
Bens e Serviços	49 787	56 668	100,0	100,0	100,0	100,0	4,7	14,1	14,1	13,8	13,8	
Bens	33 744	39 117	71,8	67,7	67,8	69,0	3,4	16,5	11,1	15,9	10,8	
Serviços	16 044	17 551	28,2	32,3	32,2	31,0	7,5	9,3	3,0	9,4	3,0	
Transportes	4 255	4 753	5,9	8,6	8,5	8,4	12,9	12,6	1,1	11,7	1,0	
Viagens e Turismo	7 040	7 571	14,3	14,0	14,1	13,4	4,2	7,9	1,1	7,5	1,1	
Comunicação	427	446	1,0	0,9	0,9	0,8	1,6	4,9	0,0	4,3	0,0	
Construção	448	516	0,7	0,9	0,9	0,9	11,3	15,1	0,1	15,2	0,1	
Seguros	87	99	0,2	0,2	0,2	0,2	3,6	13,9	0,0	14,0	0,0	
Financeiros	141	202	0,4	0,3	0,3	0,4	-0,3	34,9	0,1	44,0	0,1	
Informação e Informática	246	334	0,3	0,5	0,5	0,6	17,9	33,0	0,2	35,9	0,2	
Direitos de Utilização	28	36	0,1	0,1	0,1	0,1	-3,7	19,2	0,0	28,7	0,0	
Outr. Fomec. por Empresas	2 949	3 186	4,8	6,0	5,9	5,6	9,8	5,7	0,4	8,1	0,5	
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	244	222	0,4	0,5	0,5	0,4	10,5	-6,5	0,0	-8,7	0,0	
Operações Governamentais	180	185	0,3	0,4	0,4	0,3	8,4	4,1	0,0	2,8	0,0	
DÉBITO (Importações Fob)												
Bens e Serviços	59 968	61 903	100,0	100,0	100,0	100,0	2,7	4,4	4,4	3,2	3,2	
Bens	50 055	51 431	85,6	83,5	83,5	83,1	2,2	4,1	3,4	2,7	2,3	
Serviços	9 914	10 472	14,4	16,5	16,5	16,9	5,5	6,0	1,0	5,6	0,9	
Transportes	2 934	3 082	4,5	4,9	4,9	5,0	4,2	5,5	0,3	5,0	0,2	
Viagens e Turismo	2 722	2 744	4,3	4,5	4,5	4,4	3,8	12	0,1	0,8	0,0	
Comunicação	402	398	0,5	0,7	0,7	0,6	6,8	-0,2	0,0	-1,0	0,0	
Construção	84	109	0,2	0,1	0,1	0,2	1,5	30,2	0,0	29,2	0,0	
Seguros	218	207	0,3	0,4	0,4	0,3	7,0	-4,2	0,0	-4,9	0,0	
Financeiros	209	522	0,3	0,4	0,3	0,8	5,7	146,7	0,5	149,8	0,5	
Informação e Informática	332	400	0,3	0,6	0,6	0,6	13,3	22,6	0,1	20,5	0,1	
Direitos de Utilização	374	347	0,5	0,6	0,6	0,6	8,6	-6,5	0,0	-7,0	0,0	
Outr. Fomec. por Empresas	2 078	2 140	2,8	3,5	3,5	3,5	7,3	3,2	0,1	3,0	0,1	
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	452	441	0,5	0,7	0,8	0,7	12,2	-3,0	0,0	-2,5	0,0	
Operações Governamentais	108	82	0,2	0,2	0,2	0,1	-2,0	-21,2	0,0	-24,2	0,0	

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas da Balança de Pagamentos do Banco de Portugal.

Notas:

Valores Fob para a Importação de bens.

[1] Contributos para a taxa de crescimento - Análise shift-share : $(TVH) \times (\text{peso no período homólogo anterior}) \div 100$. Medem a proporção de crescimento das Exportações/Importações atribuível a cada categoria especificada.

[2] 12 meses até novembro de 2011.

Iniciativas e Medidas Legislativas

1. Iniciativas

Iniciativa	Sumário
<p><i>Reunião Conselho ECOFIN</i></p> <p><i>21 de fevereiro de 2012</i></p>	<p>Do debate ocorrido no Conselho ECOFIN de 21 de fevereiro de 2012 destacam-se os seguintes temas:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Governança Económica – Segundo Pacote: No contexto do debate relativo às duas novas propostas de regulamentos para reforço da governança económica¹ e no seguimento dos trabalhos efetuados pelo Grupo de Trabalho Ad Hoc, o Conselho acordou uma abordagem geral, a qual será agora debatida com o Parlamento Europeu. <p>Recorda-se que estes regulamentos têm como objetivo reforçar o anterior pacote legislativo referente à coordenação das políticas económicas - o chamado <i>Six-Pack</i> -, e tem como objetivo reforçar a monitorização das políticas orçamentais dos estados-membros, pelo que estes deverão apresentar anualmente e até 15 de outubro, ao Conselho e à Comissão, as suas propostas de orçamento, sendo que aos estados-membros em procedimento por défices excessivos serão sujeitos a uma monitorização reforçada. Adicionalmente, os estados-membros sob assistência financeira e países sujeitos a dificuldades relativas à sua estabilidade financeira estarão igualmente sob supervisão reforçada.</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Relatório sobre o Mecanismo de Alerta: Na sequência da entrada em vigor do <i>Six-Pack</i> relativo ao reforço da coordenação das políticas económicas, a Comissão Europeia apresentou o seu relatório com os resultados da aplicação do <i>Scoreboard</i>, instrumento que tem por objetivo identificar a existência, preferencialmente numa fase precoce, de desequilíbrios macroeconómicos nos países da UE. A Comissão identificou doze estados-membros onde existem ou pode vir a existir riscos de tais desequilíbrios: Bélgica, Bulgária, Chipre, Dinamarca, Eslovénia, Espanha, Finlândia, França, Hungria, Itália, Reino Unido e Suécia. Portugal, juntamente com Irlanda, Grécia e Roménia, não está sujeito a este procedimento, uma vez que se encontra já em supervisão reforçada devido ao seu programa de assistência financeira, onde a correção dos desequilíbrios macroeconómicos é também considerada. O Conselho tomou nota deste relatório, devendo adotar conclusões na sua próxima reunião. ▪ Preparação do CE de março - Semestre Europeu: O Conselho adotou conclusões relativas ao Semestre Europeu com orientações específicas nas seguintes áreas: (i) necessidade de se prosseguir uma consolidação orçamental que potencie o crescimento económico, sendo que os estados-membros sob programa de assistência devem cumprir as metas definidas e implementar as medidas e reformas estruturais previstas nos respetivos <i>MoU</i>; (ii) a necessidade de restaurar o normal fluxo de crédito à economia e (iii) a necessidade de implementação de reformas estruturais orientadas para a promoção da competitividade e que contribuam para a correção dos desequilíbrios macroeconómicos. ▪ Preparação do CE de março – Pacto para o Euro+: O Conselho adotou conclusões sobre este Pacto, indicando a necessidade de os estados-membros signatários considerarem dar maior enfoque a um número reduzido de reformas essenciais para a sua economia. Adicionalmente foi considerado que os compromissos neste domínio devem ser encorajadas ao Semestre Europeu, permitindo uma monitorização no contexto deste processo. ▪ Processo de quitação da execução do Orçamento da União Europeia de 2010 e orientações orçamentais para 2013: O Conselho aprovou uma

¹ Proposta de regulamento para reforço da supervisão da área do euro, em especial para estados-membros em procedimento por défice excessivo; ii) uma proposta de regulamento relativo à supervisão reforçada para os países da área do euro que estão sujeitos à pressão dos mercados financeiros ou que solicitem assistência financeira.

Iniciativa	Sumário
	<p>recomendação ao Parlamento Europeu sobre a quitação a dar à Comissão Europeia pela execução do orçamento da UE para 2010 e aprovou conclusões que estabelecem as prioridades para o processo orçamental de 2013.</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Serviços financeiros: Os Ministros tomaram conhecimento dos resultados das negociações com o Parlamento Europeu durante o mês de fevereiro, nomeadamente (i) do acordo político no Regulamento relativo aos instrumentos derivados negociados no mercado de balcão (derivados OTC), às contrapartes centrais e aos repositórios de transações e (ii) da ausência de acordo político na reformulação da Diretiva relativa aos sistemas de garantia de depósitos, que inviabilizou a adoção da mesma em primeira leitura. Será, ainda, de destacar a adoção pelo Conselho do Regulamento relativo às vendas a descoberto e a certos aspetos dos <i>swaps</i> de risco de incumprimento, após o acordo político alcançado em outubro de 2011.
<p><i>Incentivos para as Empresas e Ações Coletivas</i></p> <p><i>COMPETE – QREN 27 de fevereiro</i></p>	<p>O Governo avançou com a abertura de quatro concursos com uma dotação global de 190 milhões de euros de Incentivo FEDER, para apoiar projetos ligados à inovação e ao empreendedorismo.</p> <p>Concursos abertos a 27 de fevereiro:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Inovação Produtiva (Si Inovação): destina-se a apoiar projetos de investimento produtivo de natureza inovadora (bens, serviços e processos) promovidos por empresas, considerando as seguintes prioridades: “Empresas exportadoras”, “Novos Exportadores”, “Valorização Oferta Nacional” e “Dotação de baixa densidade” (especificamente para as regiões de Lisboa e do Algarve). Dotação global de 120 milhões de euros. - Empreendedorismo Qualificado (Si Inovação): Destina-se a apoiar a criação de empresas ou o reforço da capacidade produtiva de empresas com menos de três anos de atividade, considerando as prioridades: orientação para mercado externo, aposta em sectores de alta/média tecnologia ou forte intensidade de conhecimento e valorização de anteriores projetos de I&DT (produção de bens e serviços) no crescimento da empresa. O concurso prevê a atribuição de majoração aos projetos liderados por mulheres (Empreendedorismo Feminino) e liderados por jovens com idades entre os 18 e os 35 anos (Empreendedorismo Jovem). Dotação global de 25,7 milhões de euros. - Projetos Individuais (SI Qualificação PME): Destina-se a apoiar os projetos apresentados por PME orientados para o reforço da presença no mercado externo, com investimentos em fatores dinâmicos de competitividade, nomeadamente: Criação, Moda & Design; Qualidade; Ambiente; Diversificação e Eficiência Energética; Internacionalização; Economia Digital. Dotação global FEDER de 39.5 milhões de euros. - Promoção da Participação no 7º Programa Quadro de I&DT (UE): Destina-se a apoiar projetos promovidos por entidades sem fins lucrativos do sistema científico e tecnológico e associações empresariais, que visem potenciar a participação de empresas nacionais em programas europeus enquadrados no 7º Programa Quadro de I&DT (UE). Dotação total, no âmbito do COMPETE, de 5 milhões de euros.
<p><i>Programa de Relançamento do Serviço Público de Emprego</i></p> <p><i>Conselho de Ministros de 23 de fevereiro</i></p>	<p>O Conselho de Ministros aprovou o Programa de Relançamento do Serviço Público de Emprego, com o objetivo de acelerar e potenciar a contratação e a formação dos desempregados, contribuir para um acompanhamento reforçado de potenciais situações de desempregados de longa duração, alterar o sistema e a articulação das medidas ativas e passivas de emprego e imprimir uma nova dinâmica ao funcionamento dos Centros de Emprego.</p> <p>O Programa estabelece as seguintes prioridades: reforçar a empregabilidade dos trabalhadores desempregados; fomentar a captação de ofertas de emprego por parte dos Centros de Emprego; cooperar com parceiros para a colocação de</p>

Iniciativa	Sumário
	<p>desempregados; modernizar os sistemas de informação; alterar o sistema de medidas ativas de emprego; articular medidas ativas e medidas passivas de emprego; criar mecanismos de avaliação permanente dos Centros de Emprego; e reestruturar a rede de Centros de Emprego e de Centros de Formação Profissional.</p> <p>O Programa é composto por oito eixos, com objetivos e prazos definidos, e surge no cumprimento do estabelecido no compromisso para o Crescimento, Competitividade e Emprego assumido com os parceiros sociais.</p>
<p><i>Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu 2009-2014 em Portugal</i></p> <p>Conselho de Ministros de 23 de fevereiro</p>	<p>O Conselho de Ministros aprovou uma resolução que cria a estrutura de gestão dos fundos do Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu 2009-2014 em Portugal e aprova as respetivas regras de operacionalização.</p> <p>Esta resolução visa a operacionalização do Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu para utilização de fundos disponíveis, até 2014, no montante de 57,95 milhões de euros, em projetos de proteção e gestão ambiental, alterações climáticas e energias renováveis, sociedade civil, desenvolvimento social e humano, saúde e proteção da herança cultural.</p>
<p><i>Tarifas de eletricidade</i></p> <p>Conselho de Ministros de 9 de fevereiro</p>	<p>O Governo aprovou o regime de extinção das tarifas reguladas de venda de eletricidade a clientes finais com consumos em baixa tensão normal. São, paralelamente, adotados mecanismos de salvaguarda dos clientes finais economicamente vulneráveis, no contexto da liberalização, nomeadamente no que respeita ao relacionamento comercial e a tarifas e preços.</p> <p>As tarifas reguladas de venda de eletricidade a clientes finais com consumos em baixa tensão normal são extintas nos seguintes termos: a partir de 1 de julho de 2012, para os clientes com potência contratada superior ou igual a 10,35 kVA; a partir de 1 de janeiro de 2013, para os clientes com potência contratada inferior a 10,35 kVA.</p>
<p><i>Tarifas de gás natural</i></p> <p>Conselho de Ministros de 9 de fevereiro</p>	<p>O Governo aprovou o regime de extinção das tarifas reguladas de venda de gás natural a clientes finais com consumos anuais inferiores ou iguais a 10000 m3. São também adotados mecanismos de salvaguarda dos clientes finais economicamente vulneráveis, nomeadamente no que respeita ao relacionamento comercial e a tarifas e preços.</p> <p>As tarifas reguladas de venda de gás natural a clientes finais com consumos anuais inferiores ou iguais a 10 000 m3 são extintas nos seguintes prazos: a partir de 1 de julho de 2012, para os clientes finais com consumos anuais superiores a 500 m3; a partir de 1 de janeiro de 2013, para os clientes com consumos anuais inferiores ou iguais a 500 m3.</p>

2. Seleção de Medidas Legislativas

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
<p><i>Censos fundações- data limite</i></p> <p>Despacho nº.1490-A-2012. D.R. nº.22, Suplemento, Série II de 31-01-2012</p>	<p>Prorroga até 24 de fevereiro de 2012 a data limite de resposta ao censo às fundações</p>
<p><i>Passes escolares – Transportes públicos</i></p> <p>Portaria nº.34-A/2012. D.R. nº.23, Suplemento, Série I de 2012-02-01</p>	<p>Atualiza as condições de atribuição dos passes «4_18@escola.tp» e «sub23@superior.tp».</p>
<p><i>Aprovação declaração Modelo 40</i></p> <p>Portaria nº.34-B/2012. D.R. nº.23, Série I de 01-02-2012</p>	<p>Aprova a declaração modelo 40 - Valor dos fluxos de pagamentos com cartões de crédito e de débito e respetivas instruções.</p>

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
<p><i>Programa Revitalizar</i></p> <p>Resolução do Conselho de Ministros n.º 11/2012. D.R. n.º 25, Série I de 2012-02-03</p>	<p>Cria o Programa Revitalizar, uma iniciativa do Governo com vista à otimização do enquadramento legal, tributário e financeiro, em que o tecido empresarial em Portugal desenvolve a sua atividade.</p>
<p><i>Suspensão da atribuição de pontos de interligação com a rede, RESP</i></p> <p>Decreto-Lei n.º 25/2012. D.R. n.º 26, Série I de 2012-02-06</p>	<p>Suspende com efeitos imediatos a atribuição de potências de injeção na Rede Elétrica de Serviço Público (RESP) nos termos e ao abrigo dos artigos 4.º e 10.º do Decreto-Lei n.º 312/2001, de 10 de dezembro.</p>
<p><i>Taxa de juros</i></p> <p>Aviso n.º 1761/2012. D.R. n.º 26, Série II de 06-02-2012</p>	<p>Taxa de juros para o mês de fevereiro já multiplicada pelo 0,96 é de 2,81201%</p>
<p><i>Taxa de juros</i></p> <p>Aviso n.º 1762/2012. D.R. n.º 26, Série II de 06-02-2012</p>	<p>Taxa de juros para o mês de fevereiro é de 2,93126% a qual multiplicada pelo fator 1,10% é de 3,22439%</p>
<p><i>Plano global estratégico de racionalização e redução de custos com as TIC na Administração Pública</i></p> <p>Resolução do Conselho de Ministros n.º 12/2012. D.R. n.º 27, Série I de 2012-02-07</p>	<p>Aprova o plano global estratégico de racionalização e redução de custos com as TIC na Administração Pública, apresentado pelo Grupo de Projeto para as Tecnologias de Informação e Comunicação (GPTIC).</p>
<p><i>Extinção da CAR</i></p> <p>Despacho n.º 1750/2012. D.R. n.º 27, Série II de 07-02-2012</p>	<p>Extinção da CAR - Comissão de Acompanhamento das Privatizações.</p>
<p><i>Reprivatização da REN</i></p> <p>Resolução do Conselho de Ministros n.º 13/2012. D.R. n.º 28, Série I de 2012-02-08</p>	<p>Projeto de resolução do Conselho de Ministros que seleciona os adquirentes da venda direta de referência relativa à 2.ª fase do processo de reprivatização da REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S. A.</p>
<p><i>Passe Social+</i></p> <p>Portaria n.º 36/2012. D.R. n.º 28, Série I de 2012-02-08</p>	<p>Primeira alteração à Portaria n.º 272/2011, de 23 de setembro, que define as condições de atribuição do Passe Social+ e os procedimentos relativos à operacionalização do sistema que lhe está associado.</p>
<p><i>Lista de aposentados e reformados</i></p> <p>Aviso n.º 1951/2012. D.R. n.º 29, Série II de 09-02-2012</p>	<p>Lista de aposentados e reformados a partir de 1 de Março de 2012.</p>
<p><i>Primeira alteração Portaria n.º 1340/2008</i></p> <p>Portaria n.º 39/2012. D.R. n.º 30, Série I de 10-02-2012</p>	<p>Primeira alteração à Portaria n.º 1340/2008, de 26 de novembro, que cria o Fundo para a Promoção dos Direitos dos Consumidores.</p>
<p><i>Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia</i></p> <p>Resolução do Conselho de Ministros n.º 14/2012. D.R. n.º 30, Série I de 2012-02-10</p>	<p>Define as competências, a composição e as regras de funcionamento do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia.</p>
<p><i>Fundo para a Promoção dos Direitos dos Consumidores</i></p> <p>Portaria n.º 39/2012. D.R. n.º 30, Série I de 2012-02-10</p>	<p>Primeira alteração à Portaria n.º 1340/2008, de 26 de novembro, que cria o Fundo para a Promoção dos Direitos dos Consumidores.</p>
<p><i>Taxas de portagem em benefício dos veículos afetos ao transporte rodoviário de mercadorias</i></p> <p>Portaria n.º 41/2012. D.R. n.º 30, Série I de 2012-02-10</p>	<p>Fixa o regime de modulação do valor das taxas de portagem em benefício dos veículos das Classes 2, 3 e 4 afetos ao transporte rodoviário de mercadorias por conta de outrem ou público, nos lanços e sublanços de autoestrada abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 67-A/2010, de 14 de junho, e pelo Decreto-Lei n.º 111/2011, de 28 de Novembro.</p>
<p><i>Concessão de poderes Banco de Portugal</i></p> <p>Decreto-Lei n.º 31-A/2012 - D.R. n.º 30, Suplemento, Série I de 10-02-2012</p>	<p>No uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 58/2011, de 28 de novembro, confere poderes ao BP para intervir em instituições sujeitas à sua supervisão em situações de desequilíbrio financeiro, procede à criação de um Fundo de</p>

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
	Resolução e, bem assim de um procedimento prejudicial de liquidação para as instituições sujeitas à supervisão do Banco de Portugal, sendo ainda alterados outros aspetos relacionados com o processo de liquidação.
<p><i>Lista de bens imóveis do domínio privado do Estado Português</i></p> <p>Aviso n.º.2031/2012. D.R. n.º.30, Série II de 10-02-2012</p>	Lista de bens imóveis do domínio privado do Estado Português.
<p><i>Norma de execução do Orçamento do Estado para 2012</i></p> <p>Decreto-Lei n.º 32/2012. D.R. n.º 31, Série I de 2012-02-13</p>	Estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2012.
<p><i>«Estímulo 2012» - apoio ao emprego</i></p> <p>Portaria n.º 45/2012. D.R. n.º 31, Série I de 2012-02-13</p>	Procede à criação da medida de apoio ao emprego «Estímulo 2012», que promove a contratação e a formação profissional de desempregados.
<p><i>Fundo para a Promoção dos Direitos dos Consumidores - regulamento</i></p> <p>Despacho n.º 1994/2012. D.R. n.º 31, Série II de 2012-02-13</p>	Aprova o Regulamento do Fundo para a Promoção dos Direitos dos Consumidores.
<p><i>Tabela de retenção na fonte para 2012</i></p> <p>Despacho n.º 2075-A/2012. D.R. n.º 31, Suplemento, Série II de 2012-02-13</p>	Aprova as tabelas de retenção na fonte para 2012.
<p><i>Vencimento dos gestores públicos</i></p> <p>Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012. D.R. n.º 32, Série I de 2012-02-14</p>	Aprova os critérios de determinação do vencimento dos gestores públicos.
<p><i>Nomeação da Comissão de vencimentos</i></p> <p>Despacho n.º.2227/2012. D.R. n.º.33, Série II de 15-02-2012</p>	Nomeação da comissão de vencimentos - Conselho de Finanças Públicas.
<p><i>Mediadora de Crédito</i></p> <p>Despacho n.º.2388/2012. D.R. n.º.35, Série II de 17-02-2012</p>	Nomeação da mediadora de Crédito - licenciada Clara Domingues Machado.
<p><i>Segunda alteração Decreto-Lei n.º.279/98 – Bilhetes do Tesouro</i></p> <p>Decreto-lei n.º.40/2012</p>	Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º.279/98, de 17 de setembro, que estabelece o regime jurídico dos bilhetes do Tesouro.
<p><i>Pagamentos em atraso das entidades públicas</i></p> <p>Lei n.º 8/2012. D.R. n.º 37, Série I de 2012-02-21</p>	<p>Aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas. Entra em vigor em 23 de fevereiro de 2012.</p> <p>Por esta Lei, as entidades públicas passam a só poder contrair compromissos financeiros na medida dos fundos que têm disponíveis ou das receitas que têm previsto para os três meses seguintes. No caso das entidades que no final de 2011 tinham pagamentos em atraso, a previsão de receita efetiva própria nos três meses seguintes fica limitada a três quartos da média da receita efetiva cobrada nos dois últimos anos nos períodos homólogos, sendo que os incumpridores ficam ainda impossibilitados de utilizar a previsão de receita nos três meses seguintes para assumir compromissos financeiros.</p>
<p><i>Sistema remuneratório militares das forças armadas</i></p> <p>Despacho n.º.2602/2012. D.R. n.º.38, Série II de 22-02-2012</p>	Sistema remuneratório dos militares das Forças Armadas.

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
<p><i>SI Qualificação de PME</i> Portaria n.º 47-A/2012. D.R. n.º 40, Suplemento, Série I de 2012-02-24</p>	<p>Quarta alteração ao Regulamento do Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME), aprovado pela Portaria n.º 1463/2007, de 15 de novembro.</p>
<p><i>Profissões regulamentadas - setor da energia</i> Portaria n.º 48/2012. D.R. n.º 41, Série I de 2012-02-27</p>	<p>Especifica as profissões regulamentadas abrangidas no setor da energia e designa a respetiva autoridade competente para proceder ao reconhecimento das qualificações profissionais.</p>
<p><i>Aprovação estatutos Fundo para as Relações Internacionais</i> Portaria n.º 49/2012. D.R. n.º 42, Série I de 28-02-2012</p>	<p>Aprova os estatutos do Fundo para as Relações Internacionais, I.P., e revoga a Portaria n.º 508/2007, de 30 de abril.</p>
<p><i>SIOE – DGAL</i> Despacho n.º 2843/2012. D.R. n.º 42, Série II de 28-02-2012</p>	<p>SIOE - DGAL - Carregamento de dados - trimestral e semestral.</p>
<p><i>Profissões regulamentadas - setor do turismo</i> Portaria n.º 50/2012. D.R. n.º 42, Série I de 2012-02-28</p>	<p>Especifica as profissões regulamentadas abrangidas no âmbito da área do Turismo e designa a respetiva autoridade competente para proceder ao reconhecimento das qualificações profissionais.</p>

Abreviaturas Utilizadas

Abreviaturas

Siglas	Descrição
ACAP	Associação do Comércio Automóvel de Portugal
ADSE	Direção-Geral de Proteção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública
AL	Administração Local
AR	Administração Regional
BCE	Banco Central Europeu
BEA	<i>Bureau of Economic Analysis</i>
BGFRS	<i>Board of Governors of the Federal Reserve System</i>
BLS	<i>Bureau of Labour Statistic</i>
BP	Banco de Portugal
BT	Bilhetes do Tesouro
BVLP	Bolsa de Valores de Lisboa e Porto
CE	Comissão Europeia
CEDIC	Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo
CGA	Caixa Geral de Aposentações
CMVM	Comissão do Mercado de Valores Mobiliários
COGJ	<i>Cabinet Office Government of Japan</i>
DGEG	Direção-Geral de Energia e Geologia
DGO	Direção-Geral do Orçamento
DGT	Direção-Geral do Tesouro
EPA	<i>Economic Planning Agency</i>
Eurostat	Instituto de Estatística da UE
FBCF	Formação Bruta de Capital Fixo
FMI	Fundo Monetário Internacional
FSO	Instituto Nacional de Estatística da Alemanha
GEE	Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia e do Emprego
GPEARI	Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais do Ministério das Finanças
IEFP	Instituto de Emprego e Formação Profissional
IGCP	Instituto de Gestão do Crédito Público
IGFSS	Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social
IHPC	Índice Harmonizado de Preços no Consumidor
INE	Instituto Nacional de Estatística
INSEE	Instituto Nacional de Estatística da França
IPC	Índice de Preços no Consumidor
IRC	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas
IRS	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares
IS	Imposto do Selo
ISM	<i>Institute for Supply Management</i>
ISP	Imposto sobre os Produtos Petrolíferos e Energéticos
ISTAT	Instituto Nacional de Estatística da Itália
ISV	Imposto sobre Veículos
IUC	Imposto Único de Circulação
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado

Siglas	Descrição
MC	<i>Ministry of Commerce of China</i>
Michigan	Universidade de Michigan
NBSC	<i>National Bureau of Statistics of China</i>
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OE	Orçamento do Estado
ONS	Instituto Nacional de Estatística do Reino Unido
OT	Obrigações do Tesouro
PIB	Produto Interno Bruto
SDDS	<i>Special Data Dissemination Standard</i>
SFA	Serviços e Fundos Autónomos
SNS	Serviço Nacional de Saúde
SS	Segurança Social
UE	União Europeia
VAB	Valor Acrescentado Bruto
Yahoo	<i>Finance Yahoo</i>

Siglas	Unidades
%	Porcentagem
p.p.	Pontos percentuais
p.b.	Pontos base
EUR/USD	Dólar americano por Euros
EUR/GBP	Libra Esterlina por Euros
MM3	Médias móveis de três termos
SRE	Saldo de Respostas Extremas
VA	Valores Acumulados
VC	Variação em Cadeia
VCS	Valor Corrigido de Sazonalidade
VE	Valor Efetivo
VH	Variação Homóloga
VHA	Variação Homóloga Acumulada
VITA	Variação intertabelas anualizada. Refere-se a Instrumentos de Regulamentação Coletiva de Trabalho publicados desde o início do ano até ao mês em referência e com início de eficácia no respetivo ano
VM01	Variação homóloga dos últimos 01 meses

Notas Gerais

Unidade – unidade/medida em que a série se encontra expressa.
: representa valor não disponível.
- não se aplica.